|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  |  |
|  | Agência de Fomento do Paraná S.A  **Demonstrações financeiras em 30 de junho de 2018 e 2017** |  |
|  |  |  |

Conteúdo

**Relatório da Administração 3**

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras 11**

**Balanço patrimonial 14**

**Demonstração de resultados 16**

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido 17**

**Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto 18**

**Demonstração do valor adicionado - Informação complementar 19**

**Notas explicativas às demonstrações financeiras 20**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

A FOMENTO PARANÁ - Agência de Fomento do Paraná S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem o Estado do Paraná como principal acionista.

A autorização para criação da instituição foi dada pela Lei Estadual nº 11.741/1997. A autorização de funcionamento foi concedida pelo Banco Central do Brasil em 08/11/1999 (DEORF/DIFIN-99/239). O capital social autorizado atualmente é de dois bilhões de reais. Como instituição financeira de desenvolvimento, a empresa é submetida à regulamentação do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

A instituição atua em sintonia com as políticas públicas estaduais focadas no desenvolvimento econômico e social em âmbito local e regional, com o objetivo de estimular a ampliação da base produtiva e promover a inovação no Paraná.

A empresa financia obras de infraestrutura e mobilidade urbana, aquisição de máquinas e equipamentos, construção de escolas, postos de saúde, entre outros projetos dos municípios paranaenses. E disponibiliza também crédito para empreendedores de todos os portes e setores da atividade econômica em todas as regiões do estado, estimulando práticas sustentáveis no desenvolvimento dos negócios.

É gestora de fundos públicos como o Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), o Fundo de Equalização do Microcrédito (FEM), o Fundo de Aval Rural (FAR) e o Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas do Paraná (FGP/PR).

Participa ainda como cotista dos fundos de investimento em participação Criatec3 e Sul Inovação. Responde também pela gestão e cobrança da carteira de ativos pertencentes ao Estado do Paraná, oriundos da monetização do Banco do Estado do Paraná - Banestado.

**MISSÃO**

“Promover o desenvolvimento sustentável através do apoio técnico e financeiro voltado às necessidades da sociedade paranaense.”

**VISÃO DE FUTURO**

“Ser referência como instrumento financeiro no apoio ao desenvolvimento sustentável do Paraná.”

**VALORES**

“Ética, transparência, comprometimento, confiabilidade, cooperação e inovação.”

**PRINCIPAIS INDICADORES - 30/06/2018**

Início das atividades 20/01/2000

Capital Social Integralizado R$ 1.423 milhões

Ativo Total R$ 1.966,4 milhões

Carteira de Operações de Crédito R$ 1.132,7 milhões

Patrimônio Líquido R$ 1.643,3 milhões

Lucro Líquido R$ 45 milhões

Retorno sobre o Patrimônio Líquido 2,85%

Desembolsos no ano R$ 133,4 milhões

Desembolsos acumulados 2011-2018 R$ 2.126,5 milhões

Contratos no semestre 2.407

Empreendimentos atendidos no semestre 2.292

Municípios atendidos no semestre 107

**MENSAGEM DA DIRETORIA**

Os compromissos estabelecidos na Missão e na Visão de Futuro da empresa são perseguidos cotidianamente pela instituição nas relações com os parceiros, clientes, organismos de controle e o Estado do Paraná, acionista majoritário.

A sustentabilidade da Fomento Paraná no longo prazo é prioridade absoluta para a Diretoria da empresa. São objeto de atenção permanente ações para redução de custos, investimentos em modernização de sistemas, melhoria de processos para otimizar a análise do crédito e agilizar o atendimento e a resposta ao cliente, bem como a qualificação de pessoas. Tudo isso em alinhamento com as políticas públicas definidas pelo Governo do Paraná e com as necessidades do mercado.

A Fomento Paraná avançou muito desde 2011. Atenta às demandas do mercado, a empresa criou ferramentas e soluções para apoiar o desenvolvimento em nosso estado. Hoje é reconhecida e tida como referência entre as instituições financeiras congêneres no país em inúmeros aspectos.

Consolidar essa posição e aumentar a capacidade de atender aos anseios da sociedade paranaense são objetivos perseguidos por meio do Planejamento Estratégico. A redução das desigualdades regionais é um desafio permanente a ser superado por meio do desenvolvimento dos municípios e do fortalecimento das empresas e das cadeias produtivas no estado.

Dessa forma vamos contribuir cada vez mais com a evolução da economia paranaense ajudando a promover a geração de riqueza, a criação de mais e melhores empregos, a melhoria da renda e da qualidade de vida no campo e nas cidades paranaenses.

Embora a recuperação da economia nacional tenha se mostrado mais lenta do que era esperado, no primeiro semestre de 2018, o que afeta também o desempenho da Fomento Paraná, seguimos trabalhando com o firme propósito de apoiar a retomada dos negócios e do investimento no estado.

Esperamos que a confiança do empresariado se reestabeleça, motivando a busca por crédito, para viabilizar e fortalecer seus projetos, e que o país retome rapidamente a trajetória de crescimento e desenvolvimento.

Vamos em frente.

A DIRETORIA

**I - ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO**

Como instituição financeira de desenvolvimento pública, a Fomento Paraná atua alinhada ao Plano de Governo e às políticas públicas definidas pelo Estado do Paraná para promover o desenvolvimento econômico e social sustentável no estado.

Em conjunto com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e o Serviço Social Autônomo Paranacidade, a Fomento Paraná forma o Sistema de Financiamento aos Municípios (SFM), que financia obras e projetos para desenvolver os municípios paranaenses.

Para atender aos empreendedores, especialmente os de micro, pequeno e médio porte, a instituição firmou parcerias com secretarias de Estado, prefeituras municipais, associações comerciais e empresariais, o Sebrae-PR e outras entidades, e formou uma rede de agentes de crédito e correspondentes, que ajudam a ampliar o acesso ao crédito em todo o estado de forma complementar à sua estrutura de atendimento.

A instituição também é responsável pela gestão operacional e financeira de fundos públicos de desenvolvimento, fundos garantidores ou de aval, e participa de fundos de investimento e participação (FIPs) criados para apoiar empreendimentos inovadores.

Ciente de seu compromisso público, a Fomento Paraná mantém critérios rigorosos de governança corporativa para assegurar uma gestão eficaz e responsável, preocupada em oferecer crédito responsável e manter a qualidade da carteira de clientes.

**II - PARCERIAS**

A Fomento Paraná atua em todas as regiões do estado por meio de convênios e parcerias com secretarias de Estado, prefeituras municipais, órgãos de classe e entidades representativas do setor empresarial e o Sebrae-PR, para promover o acesso ao crédito para empreendimentos de micro, pequeno e médio porte. No primeiro semestre foram firmados 72 acordos para renovação ou implantação de novos convênios.

Por meio da rede de parceiros a Fomento Paraná participa de eventos como palestras, workshops, feiras e rodadas de negócios, reuniões das associações dos municípios, entre outros eventos, para apresentar as linhas de financiamento disponíveis para empreendedores e para municípios. A Fomento Paraná apoiou ou patrocinou 26 eventos promovidos por 18 entidades diferentes no primeiro semestre de 2018, o que permitiu expor a marca e os produtos da instituição a públicos de interesse selecionados, que somam mais de 1,3 milhão de pessoas, além de diversos multiplicadores de informação.

**III - PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO**

A Fomento Paraná mantém um conjunto de soluções financeiras que permitem financiar desde um empreendedor informal, atendido por programas de assistência social, até empresas de médio e grande porte, além de projetos de infraestrutura de municípios de qualquer porte.

Os financiamentos são feitos em parte com recursos próprios e também por meio de repasses de recursos de instituições como o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos, ou do FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

**OPERAÇÕES DO SETOR PÚBLICO**

O financiamento aos municípios responde pela maior fatia da carteira de crédito da Fomento Paraná — 74% atualmente. A maior parte dos recursos para essas operações são próprios, integralizados ao capital da instituição.

Como agente financeiro, a Fomento Paraná está autorizada a operacionalizar repasses de recursos de programas como o Pró-Transporte e o Avançar Cidades, do Ministério das Cidades, que tem como fonte o FGTS, e do Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos (BNDES PMAT).

Os principais objetos desses financiamentos são pavimentação de vias urbanas e aquisição de equipamentos rodoviários. Também são atendidos projetos para construção de escolas, postos de saúde, ciclovias, aquisição de terrenos para áreas industriais e conjuntos habitacionais, aeroportos, centros de convivência de idosos, centros culturais, sistemas de abastecimento de água e de gerenciamento de resíduos, pontes, ginásios de esportes, iluminação pública, infraestrutura tecnológica, parques, praças, entre outros.

**OPERAÇÕES DO SETOR PRIVADO**

**a1) MICROCRÉDITO**

A Fomento Paraná mantém um Programa de Microcrédito desde o ano 2000, como política de democratização do acesso ao crédito e estímulo ao desenvolvimento local.

O programa está disponível em todo o território paranaense, por meio de uma rede de agentes de crédito vinculados a parceiros institucionais como prefeituras e associações comerciais e empresariais.

O programa atende empreendedores pessoa física ou jurídica, com faturamento bruto anual de até R$ 360 mil, que necessitam do crédito para iniciar ou ampliar as atividades de empreendimentos comerciais, industriais ou de serviços. O crédito está limitado a R$ 10 mil para pessoa física e até R$ 20 mil para empreendimentos formalizados.

Uma parcela significativa de clientes beneficiários dessa linha são empreendedores informais, que tem dificuldade de acesso ao sistema financeiro tradicional, inclusive pela falta de agentes financeiros nas localidades onde estão estabelecidos.

Atualmente a rede de agentes de crédito da instituição possui 258 agentes habilitados, que atuam em 222 postos de atendimento cobrindo 203 municípios.

**a2) EMPRENDIMENTOS DE MICRO, PEQUENO E MÉDIO PORTE**

A Fomento Paraná também financia empreendimentos de micro, pequeno e médio porte, com valores acima de R$ 20 mil, com recursos próprios ou repasses de diferentes linhas de crédito.

Os repasses permitem apoiar projetos de maior porte, em valores de até R$ 20 milhões, por meio de linhas do BNDES (Automático, FINAME, Giro, Saúde e Fundo Clima) ou da FINEP (Inovacred e Inovacred Expresso).

Desde 2017 a Fomento Paraná tem investido na formação de uma rede de correspondentes, em parceria com associações comerciais e empresariais. Estão atuando 13 entidades e um novo curso de capacitação de correspondentes foi iniciado. Esses correspondentes operacionalizam financiamentos entre R$ 20 mil e R$ 1,5 milhão, para projetos de empresas com faturamento bruto anual entre R$ 360 mil e R$ 16 milhões.

Nessa faixa a Fomento Paraná mantém linhas de crédito voltadas a atender nichos específicos da atividade econômica como financiamentos para aquisição e a instalação de componentes de sistemas de micro e minigeração de energia de fontes renováveis, para projetos de melhoria da eficiência energética; emissoras de rádio que necessitem de recursos para migrar da faixa AM para FM, entre outros.

Ainda neste segmento podem ser atendidos projetos de inovação tecnológica voltados a ampliar a competitividade das empresas, por meio das linhas FINEP Inovacred e Inovacred Expresso, que são repassados para empresas e outras instituições com receita operacional bruta anual ou anualizada de até R$ 90 milhões.

**IV - GESTÃO DE FUNDOS**

A Fomento Paraná atua também na gestão operacional e financeira de fundos públicos específicos relacionados à atividade principal.

**FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - FDE**

O Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) é destinado a fornecer apoio financeiro aos setores público e privado, por meio de operações especiais de crédito e de participações societárias para estimular o desenvolvimento socioeconômico do Paraná.

O fundo é usado também para concessão de subvenção econômica nos programas Trator, Implementos e Equipamentos Solidários, na modalidade de equivalência em produtos; e na modalidade equalização de taxas de juros para linhas de investimento para operações em valores de até R$ 300 mil e operações voltadas a financiamento de táxis.

Os recursos do FDE são utilizados ainda para subvencionar o prêmio do Seguro Rural de 29 culturas agrícolas, para dar suporte ao Programa de Seguro Rural para a Agricultura Familiar. A subvenção reduz em até 50% o volume de recursos que o produtor precisa pagar a título de prêmio pela apólice de seguro. Esta ação coloca o Paraná na condição de Estado que mais faz seguro rural no Brasil. Até junho foram destinados R$ 8,8 milhões com este objetivo.

**FUNDO DE AVAL RURAL - FAR**

A Fomento Paraná é gestora do Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Paraná (FAR). O fundo provê recursos para garantir o risco das operações contratadas por agricultores beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, junto à rede bancária conveniada. Em valores históricos, esse fundo já beneficiou 13.811 tomadores de crédito rural, tendo alavancado mais de R$ 100 milhões em créditos do PRONAF operados pelo Banco do Brasil.

**FUNDO DE EQUALIZAÇÃO DO MICROCRÉDITO - FEM**

O Fundo de Equalização do Microcrédito (FEM) tem a finalidade de prover recursos financeiros à Fomento Paraná para promover a redução das taxas de juros nas operações de microcrédito. O fundo também garante o suporte, por meio da equalização de taxas de juros, à linha Paraná Juro Zero, destinada a estimular atividades empreendedoras de famílias atendidas pelo programa Família Paranaense, coordenado pela Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social.

**FUNDO GARANTIDOR DE PPPs - FGP/PR**

A Fomento Paraná foi designada pelo Governo do Paraná, por meio da Lei Estadual nº 18.376/2014, a assumir a gestão do Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas do Paraná (FGP/PR). Esse fundo é destinado a prestar contra garantias a seguradoras, instituições financeiras e organismos internacionais para garantir o cumprimento de obrigações do poder público em contratos de PPPs.

A estruturação do FGP-PR teve a participação das secretarias de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e da Fazenda. O fundo foi criado com um patrimônio de R$ 257 milhões, entre recursos líquidos do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) e ações preferenciais das companhias estaduais de energia (Copel) e de saneamento (Sanepar), e conta ainda com recursos oriundos dos direitos econômicos dessas companhias. O patrimônio atual deste fundo é de R$ 96,5 milhões. A administração dos recursos financeiros do FGP/PR está a cargo da Caixa Econômica Federal (CEF).

**V - FUNDOS INVESTIDOS**

**FUNDO GARANTIDOR PARA INVESTIMENTOS - FGI**

A Fomento Paraná participa como cotista do Fundo Garantidor para Investimentos do BNDES (BNDES-FGI). O fundo é usado como garantia complementar em operações de financiamento realizadas com recursos repassados pelo BNDES (BNDES Finame e BNDES Automático), ou com recursos próprios, para projetos de empresas de micro, pequeno e médio porte.

**FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÃO**

A Fomento Paraná participa como cotista de dois fundos de investimento em participação. Os fundos Criatec3 e Sul Inovação, apoiados respectivamente pelo BNDES e pela FINEP, reúnem aproximadamente R$ 250 milhões para apoiar, com capital de risco, empreendimentos inovadores e com alto potencial de crescimento.

**VI - GESTÃO DE COBRANÇA**

**COBRANÇA DE ATIVOS E BENS**

A Fomento Paraná é responsável pela cobrança da carteira de contratos e bens pertencentes ao Estado do Paraná, denominados “Ativos do Estado”, originários da operação de saneamento do Banco do Estado do Paraná S.A., desde março de 2001.

**VII - DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO SEMESTRE**

**a) RESULTADO**

O Lucro Líquido da Fomento Paraná acumulado no 1º semestre de 2018 sofreu uma redução em relação ao mesmo período do ano anterior, de R$ 62,5 milhões para o montante de R$ 45,0 milhões.

Esse desempenho foi causado pela redução das receitas da intermediação financeira, que somaram R$ 86,9 milhões, afetadas pela queda das taxas de juros que remuneram as aplicações financeiras e a carteira de crédito da instituição.

Três fatores provocaram a redução das receitas obtidas no período. A Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), que remunera 51% da carteira de crédito contratada, foi reduzida pelo Conselho Monetário Nacional em 7,9% no semestre (média de 6,68% em 2018 contra 7,25% em 2017). O IPCA (indicador oficial da inflação), que remunera 34% dessa carteira, apresentou variação negativa (média do IPCA 12 meses de 3,1% em 2018 contra 4,2% em 2017). E o indexador CDI-CETIP, que atualmente remunera 42,5% dos ativos da instituição, também sofreu queda: passou de 5,65% (no 1º semestre de 2017) para 3,17% no primeiro semestre de 2018.

Por outro lado, as despesas gerais também diminuíram 5,1% e totalizaram R$ 26,4 milhões no período. O menor volume de liberações de financiamentos aos municípios diminuiu o pagamento por serviços do agente técnico Paranacidade, de R$ 7,7 milhões no primeiro semestre de 2017, para R$ 5,7 milhões em igual período de 2018. Por isso as despesas administrativas tiveram redução de 13,1%.

Com isso, o Resultado Operacional do semestre ficou abaixo do registrado nos primeiros seis meses do ano anterior. No entanto, a rentabilidade medida pelo retorno sobre o Patrimônio Líquido médio ao final do período, de 2,85%, foi superior ao IPCA acumulado em junho de 2018 (2,6%).

**b)** **PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

O Patrimônio Líquido da Fomento Paraná totalizou R$ 1.643,3 milhões em junho de 2018. O valor representa um crescimento de 5,6%, em relação a junho de 2017, e decorre de um aumento de capital, no montante de R$ 78,4 milhões, realizado pelos acionistas Estado do Paraná e Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - CELEPAR, por meio da destinação dos Juros sobre Capital Próprio (JCP) apurados no exercício de 2017.

**c) ATIVOS**

Os ativos da Fomento Paraná totalizaram R$ 1.966,4 milhões em junho de 2018. Na composição dos ativos, destaca-se a representatividade da carteira de operações de crédito, com 56,2%, contra 42,5% da carteira de títulos e valores mobiliários (totalmente lastreadas em títulos públicos federais), e 1,3% dos demais ativos.

**d)** **FONTES DE RECURSOS**

Parte das operações de crédito contratadas são realizadas com recursos próprios (formado por capital livre ou integralizados ao capital social e destacados junto ao Banco Central) e parte dos recursos são captados por meio de repasses de instituições oficiais das quais a Fomento Paraná é agente financeiro: BNDES, FINEP e CEF-FGTS.

No primeiro semestre de 2018 a Fomento Paraná captou R$ 66,5 milhões em repasses dessas entidades, valor 127,8% superior ao volume captado no ano anterior, de R$ 29,2 milhões.

O saldo da captação desses recursos de repasses somava em 30 de junho R$ 255,6 milhões, o que representa um aumento de 34,4% em relação ao volume registrado no primeiro semestre de 2017.

**e)** **DESEMBOLSOS**

Os desembolsos da Fomento Paraná com a liberação de recursos de financiamentos contratados somaram R$ 133,4 milhões no primeiro semestre, valor 16,5% menor do que o realizado no mesmo período no ano anterior.

No Setor Público a queda nas liberações de recursos foi mais acentuada, de 29,2%, no primeiro semestre, em descompasso com o volume recorde de contratações nesse segmento no mesmo período. Observe-se que a contratação e o desembolso (liberação) de recursos se dão em momentos distintos dos processos de financiamento. Por isso, o reflexo em liberações deve ocorrer a partir do segundo semestre de 2018.

No Setor Privado, as liberações cresceram 4,7% na comparação entre os períodos, como resultado do plano de expansão da carteira para o segmento.

**VIII - DESTAQUES DO PERÍODO**

Destacamos as principais ações e eventos que marcaram as atividades da Fomento Paraná no primeiro semestre de 2018.

• A Fomento Paraná bateu um recorde próprio na contratação de Operações do Setor Público. Até 30 de junho, 107 municípios foram atendidos com contratos que somam R$ 312,5 milhões. A meta de contratação nesse segmento prevista no Contrato de Gestão era de R$ 215 milhões para o ano todo.

• A contratação de Operações do Setor Privado somou R$ 54,5 milhões, valor 7,8% superior aos R$ 50,5 milhões registrados no mesmo período no ano anterior.

• Do total contratado no Setor Privado, R$ 24,6 milhões referem-se a 2.180 operações de microcrédito.

• A Fomento Paraná começou a operar a linha Fundo Clima - Máquinas e Equipamentos Eficientes, com recursos do BNDES, para apoiar projetos para instalação de sistemas de aquecimento solar e de cogeração (placas fotovoltaicas, aerogeradores, geradores a biogás e equipamentos necessários) em empreendimentos de qualquer porte.

• Foi liberado o primeiro financiamento pela linha BNDES Saúde - Atendimento ao SUS, destinada a instituições filantrópicas da área da saúde, para aumentar e fortalecer a capacidade de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS). O projeto beneficiou três hospitais da Irmandade Santa Casa de Londrina.

• A Fomento Paraná foi designada como gestora de três novos fundos criados pelo Governo do Estado para apoiar o fortalecimento das micro e pequenas empresas: Fundo de Aval Garantidor das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado do Paraná (FAG/PR); Fundo de Capital de Risco das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado do Paraná (FCR/PR) e Fundo de Inovação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Paraná (FIME/PR).

• Em parceria com o Sebrae-PR, a Fomento Paraná capacitou três novas turmas no Curso de Formação de Agentes de Crédito e realizou seis encontros regionais com agentes de todo o estado.

• Foi lançado um edital de processo seletivo com 12 vagas e formação de cadastro de reserva para contratação de colaboradores. Os primeiros aprovados foram convocados no final do semestre.

• A Fomento Paraná mudou-se para uma nova sede, em junho. Mais ampla, com instalações modernas e espaços de trabalho mais adequados, a nova sede proporciona mais segurança, conforto e maior interatividade entre os colaboradores. O novo endereço também é de fácil acesso aos clientes.

|  |
| --- |
| KPMG Auditores Independentes  Al. Dr. Carlos de Carvalho, 417 - 16º andar  80410-180 - Curitiba/PR - Brasil  Caixa Postal 13533 - CEP 80420-990 - Curitiba/PR - Brasil  Telefone +55 (41) 3544-4747, Fax +55 (41) 3544-4750  www.kpmg.com.br  Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras |
|  |
| Aos Administradores e Acionistas da  Agência de Fomento do Paraná S.A.  Curitiba - PR |
| Opinião |
| Examinamos as demonstrações financeiras da Agência de Fomento do Paraná S.A. (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.  Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agência de Fomento do Paraná S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen. |
| Base para opinião |
| Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. |

|  |
| --- |
| Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado |
| As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Instituição, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária pela Instituição, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Instituição. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. |
| Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores |
| A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.  Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.  Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. |
| Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras |
| A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.  Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.  Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. |
| Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras |
| Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.  Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:   * Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. * Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. * Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. * Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. * Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.   Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.  Curitiba, 14 de agosto de 2018  KPMG Auditores Independentes  CRC PR-007945/F-7  Eduardo Tomazelli Remedi  Contador CRC 1SP259915/O-0 |

**Agência de Fomento do Paraná S.A.**

**Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2018 e 2017**

***(Em milhares de Reais)***

**Ativo**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **2018** |  | **2017** |
|  |  |  |  |
| **Circulante** | **1.155.139** |  | **945.621** |
|  |  |  |  |
| **Disponibilidades (Nota 4)** | **13** |  | **5** |
|  |  |  |  |
| **Títulos e valores mobiliários (Nota 3c e 5)** | **827.643** |  | **622.943** |
| Carteira própria | 827.643 |  | 622.943 |
|  |  |  |  |
| **Operações de crédito** | **318.558** |  | **315.799** |
| Operações de crédito (Nota 3d e 6) | 332.275 |  | 326.488 |
| Setor público | 223.191 |  | 224.193 |
| Setor privado | 109.084 |  | 102.295 |
| ( - ) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 3e, 6e e 6f) | (13.717) |  | (10.689) |
|  |  |  |  |
| **Outros créditos** | **8.809** |  | **6.712** |
| Rendas a receber | 1.281 |  | 628 |
| (-) Deságio em operações de transferência de ativos (Nota 6a e 7a) | (483) |  | (484) |
| Diversos (Nota 7b) | 8.011 |  | 6.568 |
|  |  |  |  |
| **Outros valores e bens** | **116** |  | **162** |
|  |  |  |  |
| **Realizável a longo prazo** | **810.329** |  | **884.171** |
|  |  |  |  |
| **Títulos e valores mobiliários (Nota 3c e 5)** | **8.863** |  | **7.567** |
| Carteira própria | 8.863 |  | 7.567 |
|  |  |  |  |
| **Operações de crédito** | **786.336** |  | **863.508** |
| Operações de crédito (Nota 3d e 6) | 801.132 |  | 876.905 |
| Setor público | 620.088 |  | 702.491 |
| Setor privado | 181.044 |  | 174.414 |
| ( - ) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 3e, 6e e 6f) | (14.796) |  | (13.397) |
|  |  |  |  |
| **Outros créditos** | **15.130** |  | **13.096** |
| (-) Deságio em operações de transferência de ativos (Nota 6a e 7a) | (126) |  | (630) |
| Diversos (Nota 7b) | 15.256 |  | 13.726 |
|  |  |  |  |
| **Permanente (Nota 3h e 3i)** | **892** |  | **1.115** |
|  |  |  |  |
| **Investimentos** | **2** |  | **2** |
| Outros investimentos | 2 |  | 2 |
|  |  |  |  |
| **Imobilizado de uso (Nota 8a e 8b)** | **877** |  | **1.093** |
| Outras imobilizações de uso | 3.317 |  | 3.210 |
| ( - ) Depreciações acumuladas | (2.440) |  | (2.117) |
|  |  |  |  |
| **Intangível (Nota 8c)** | **13** |  | **20** |
| Ativos intangíveis | 305 |  | 304 |
| ( - ) Amortizações acumuladas | (292) |  | (284) |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
| **Total do ativo** | **1.966.360** |  | **1.830.907** |
|  |  |  |  |
| As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. | | | |

**Agência de Fomento do Paraná S.A.**

**Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2018 e 2017**

***(Em milhares de Reais)***

**Passivo**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **2018** |  | **2017** | | |
|  |  |  |  | | |
| **Circulante** | **103.761** |  | **100.040** |
|  |  |  |  |
| **Obrigações por repasses do país - instituições oficiais (Nota 3l e 9)** | **55.921** |  | **43.461** |
|  |  |  |  |
| BNDES | 45.152 |  | 34.869 |
| FINAME | 3.389 |  | 3.027 |
| Outras Instituições | 7.380 |  | 5.565 |
|  |  |  |  |
| **Outras obrigações (Nota 10)** | **47.840** |  | **56.579** |
|  |  |  |  |
| Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados | 26 |  | 43 |
| Sociais e estatutárias | 40.602 |  | 49.520 |
| Fiscais e previdenciárias | 1.504 |  | 1.655 |
| Diversas | 5.708 |  | 5.361 |
|  |  |  |  |
| **Exigível a longo prazo** | **219.293** |  | **174.966** |
|  |  |  |  |
| **Obrigações por repasses do país - instituições oficiais (Nota 3l e 9)** | **199.638** |  | **146.654** |
|  |  |  |  |
| BNDES | 155.714 |  | 98.357 |
| FINAME | 11.944 |  | 14.896 |
| Outras Instituições | 31.980 |  | 33.401 |
|  |  |  |  |
| **Outras obrigações (Nota 10)** | **19.655** |  | **28.312** |
|  |  |  |  |
| Diversas | 19.655 |  | 28.312 |
|  |  |  |  |
| **Patrimônio líquido (Nota 12)** | **1.643.306** |  | **1.555.901** |
| Capital |  |  |  |
| De domiciliados no país | 1.423.245 |  | 1.344.836 |
| Reservas de capital | 2 |  | 1 |
| Reservas de lucros | 220.059 |  | 211.064 |
|  |  |  |  |
| **Total do passivo** | **1.966.360** |  | **1.830.907** |
|  |  |  |  | |
| As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. | | | | |

**Agência de Fomento do Paraná S.A.**

**Demonstrações de resultados**

**Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017**

***(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)***

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **2018** |  | **2017** |
|  |  |  |  |
| **Receita da intermediação financeira** | **86.879** |  | **104.455** |
| Operações de crédito (Nota 3d e 6g) | 62.883 |  | 71.125 |
| Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Nota 3c) | 23.996 |  | 33.330 |
|  |  |  |  |
| **Despesas da intermediação financeira** | **(18.606)** |  | **(12.938)** |
| Operações de empréstimos e repasses | (8.000) |  | (6.979) |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 3e, 6e e 6f) | (10.606) |  | (5.959) |
| **Resultado bruto da intermediação financeira** | **68.273** |  | **91.517** |
|  |  |  |  |
| **Outras receitas/despesas operacionais** | **(21.082)** |  | **(29.018)** |
| Receitas de prestação de serviços (Nota 13) | 2.153 |  | 1.701 |
| Despesas de pessoal (Nota 14) | (14.124) |  | (13.998) |
| Outras despesas administrativas (Nota 15) | (10.927) |  | (12.575) |
| Despesas tributárias (Nota 16) | (3.880) |  | (4.674) |
| Outras receitas operacionais (Nota 17) | 7.027 |  | 1.756 |
| Outras despesas operacionais (Nota 18) | (1.331) |  | (1.228) |
|  |  |  |  |
| **Resultado operacional** | **47.191** |  | **62.499** |
|  |  |  |  |
| **Resultado antes da tributação sobre o lucro** | **47.191** |  | **62.499** |
|  |  |  |  |
| **Imposto de renda e contribuição social (Nota 3m e 19)** | **(2.203)** |  | **-** |
| Provisão para imposto de renda | (1.217) |  | - |
| Provisão para contribuição social | (986) |  | - |
|  |  |  |  |
| **Lucro líquido do semestre** | **44.988** |  | **62.499** |
|  |  |  |  |
| **Juros sobre o capital próprio (Nota 3n e 12c)** | **(40.603)** |  | **(49.522)** |
|  |  |  |  |
| **Número de ações** | **1.423.245** |  | **1.344.836** |
|  |  |  |  |
| **Lucro líquido por ação do capital social - (em R$)** | **31,61** |  | **46,47** |
|  |  |  |  |
| As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. | | | |
|  | | | |

**Agência de Fomento do Paraná S.A.**

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

**Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017**

***(Em milhares de Reais)***



As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Agência de Fomento do Paraná S.A.**

**Demonstrações dos fluxos de caixa**

**Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017**

***(Em milhares de Reais***

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **2018** |  | **2017** |
|  | **Fluxo de caixa das atividades operacionais** |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  | **Lucro antes da tributação** | **47.191** |  | **62.499** |
|  |  |  |  |  |
|  | **Ajustes ao lucro antes dos impostos** |  |  |  |
|  | Depreciações e amortizações | 125 |  | 173 |
|  | Provisão para operações de crédito | 10.606 |  | 5.959 |
|  | Provisão para contingências trabalhistas, cíveis e outras | 847 |  | 170 |
|  | Provisão para contingências fiscais | (5.905) |  | 137 |
|  | Outras provisões | (143) |  | (498) |
|  |  |  |  |  |
|  | **Lucro ajustado antes dos impostos** | **52.721** |  | **68.440** |
|  |  |  |  |  |
|  | **Redução (aumento) de ativos operacionais** |  |  |  |
|  | Titulos e valores mobiliários | (499) |  | (660) |
|  | Operações de crédito | 32.675 |  | (29.219) |
|  | Outros créditos | (2.887) |  | (772) |
|  | Outros valores e bens | 20 |  | 111 |
|  | **Aumento (redução) de passivos operacionais** |  |  |  |
|  | Obrigações por repasses do país | 43.769 |  | 17.565 |
|  | Imposto de renda e contribuição social pagos | (4.310) |  | (6.763) |
|  | Impostos e contribuições a recolher | (343) |  | (531) |
|  | Pagamento de participação nos lucros (Nota 2) | (2.539) |  | (2.086) |
|  | Outras obrigações (Nota 2) | 1.097 |  | 1.191 |
|  |  |  |  |  |
|  | **Caixa líquido gerado nas atividades operacionais** | **119.704** |  | **47.276** |
|  |  |  |  |  |
|  | **Fluxo de caixa das atividades de investimentos** |  |  |  |
|  | Aplicações no imobilizado | (14) |  | (105) |
|  | Aplicações no intangível | - |  | (1) |
|  |  |  |  |  |
|  | **Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimentos** | **(14)** |  | **(106)** |
|  |  |  |  |  |
| **Aumento no caixa e equivalentes de caixa** | | **119.690** |  | **47.170** |
|  |  |  |  |  |
|  | **Modificações na posição financeira** |  |  |  |
|  | Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre (Nota 4) | 707.966 |  | 575.778 |
|  | Caixa e equivalentes de caixa ao final do semestre (Nota 4) | 827.656 |  | 622.948 |
|  |  |  |  |  |
| **Aumento no caixa e equivalentes de caixa** | | **119.690** |  | **47.170** |
|  |  |  |  |  |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Agência de Fomento do Paraná S.A.**

**Demonstrações do valor adicionado - informações complementares**

**Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017**

***(Em milhares de Reais)***

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Descrição** | | |  | **2018** | **%** | **2017** | **%** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Receitas** | | |  | **84.291** |  | **100.826** |  |
|  | Intermediação financeira | | | 86.879 |  | 104.455 |  |
|  | Prestação de serviços | | | 2.153 |  | 1.701 |  |
|  | Provisão para créditos de liquidação duvidosa | | | (10.606) |  | (5.959) |  |
|  | Outras receitas/despesas (Nota 2) | |  | 5.865 |  | 629 |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Despesas da intermediação financeira** | | | | **(8.000)** |  | **(6.979)** |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Insumos adquiridos de terceiros** | | | | **(10.686)** |  | **(12.200)** |  |
|  | Materiais, energia e outros | | | (39) |  | (44) |  |
|  | Serviços de terceiros | | | (7.420) |  | (8.528) |  |
|  | Outras | |  | (3.227) |  | (3.628) |  |
|  |  | Comunicação | | (89) |  | (77) |  |
|  |  | Propaganda, promoções e publicidade | | (552) |  | (1.221) |  |
|  |  | Serviços do sistema financeiro | | (245) |  | (224) |  |
|  |  | Processamento de dados | | (1.275) |  | (1.275) |  |
|  |  | Outras (Nota 2) | | (1.066) |  | (831) |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Valor adicionado bruto** | | | | **65.605** |  | **81.647** |  |
| **Depreciações e amortizações** | | | | **(125)** |  | **(173)** |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Valor adicionado a distribuir** | | | | **65.480** |  | **81.474** |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Distribuição do valor adicionado** | | | | **65.480** | **100%** | **81.474** | **100%** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
|  | **Pessoal** | | | **11.898** | **18,17%** | **11.886** | **14,59%** |
|  |  | Remunerações e honorários | | 9.540 |  | 9.702 |  |
|  |  | Benefícios e treinamento | | 1.689 |  | 1.541 |  |
|  |  | FGTS |  | 669 |  | 643 |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
|  | **Impostos, taxas e contribuições** | | | **8.314** | **12,70%** | **6.879** | **8,44%** |
|  |  | Federais | | 8.129 |  | 6.790 |  |
|  |  | Estadual | | 2 |  | 1 |  |
|  |  | Municipais | | 183 |  | 88 |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
|  | **Remuneração de capitais de terceiros** | | | **280** | **0,43%** | **210** | **0,26%** |
|  |  | Aluguéis | | 280 |  | 210 |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
|  | **Remuneração de capitais próprios** | | | **44.988** | **68,70%** | **62.499** | **76,71%** |
|  |  | Juros sobre o capital próprio | | 40.603 |  | 49.522 |  |
|  |  | Lucros retidos | | 4.385 |  | 12.977 |  |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

***(Em milhares de Reais)***

1. Contexto operacional

A FOMENTO PARANÁ - Agência de Fomento do Paraná S.A. (“Instituição”), situada na Rua Comendador Araújo, 652 - Batel, em Curitiba - PR, é uma instituição financeira de capital fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, conforme Lei Estadual nº 11.741 de 19/06/97 e alterações posteriores. É regida pela Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 2.828 de 30/03/01 e respectivas alterações. O objeto social é apoiar o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná e a concessão de financiamento de capital fixo e de giro, associado a projetos no Estado, podendo praticar operações de repasse de recursos captados no País e no exterior originários de:

1. Fundos e programas oficiais;
2. Orçamentos federal, estaduais e municipais;
3. Organismos e instituições financeiras nacionais e internacionais de desenvolvimento; e
4. Captação de depósitos interfinanceiros vinculados a operações de microfinanças - DIM.

Figura também no objeto social a prestação de garantias, prestação de serviços de consultoria, bem como exercer o papel de agente financeiro e administrador de fundos, inclusive os de desenvolvimento, financiamento e investimento do Estado.

1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

**Declaração de conformidade e base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e apresentadas em conformidade com os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e suas alterações, associadas às normas do Conselho Monetário Nacional - CMN e do Banco Central do Brasil - BACEN, através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são:



A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada em reunião da Diretoria em 14 de agosto de 2018.

**Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras individuais exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no semestre em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessária a utilização de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Eventos como: provisões para contingências e créditos de liquidação duvidosa incluem certas estimativas e os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua avaliação.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo semestre estão incluídas na nota explicativa 11.

**Moeda funcional**

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da instituição. Todas as informações apresentadas em Real foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

**Reclassificações para comparabilidade**

Com o objetivo de manter consistente a comparabilidade entre os períodos apresentados, foi efetuada reclassificação nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa para evidenciar o pagamento de participação dos lucros, o qual anteriormente estava demonstrado nas variações de “Outras Obrigações” da Instituição, em junho de 2017.

Além disso, efetuou-se reclassificação na Demonstração do Valor Adicionado de junho de 2017, com o intuito de demonstrar de forma conjunta as receitas e despesas de atualização monetária do depósito judicial descrito na nota explicativa 7. Dessa forma, a respectiva atualização, anteriormente evidenciada no grupo “Insumos Adquiridos de Terceiros”, no subgrupo “Outras”, foi reclassificada para o grupo “Receitas”, no subgrupo “Outras receitas/despesas”.

As reclassificações citadas estão demonstradas a seguir:

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  | **Divulgação anterior** | | **Reclassificação** |  | **Saldo reclassificado** |
| **Demonstrações dos Fluxos de Caixa** | | |  |  |  |  |  |
| **Aumento (redução) de passivos operacionais** | | |  |  |  |  |  |
|  | Outras obrigações | | (895) |  | 2.086 |  | 1.191 |
|  | Pagamento de participação nos lucros | | - |  | (2.086) |  | (2.086) |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Demonstração do Valor Adicionado** | | |  |  |  |  |  |
| **Receitas** | | |  |  |  |  |  |
|  | Outras receitas/despesas | | 1.122 |  | (493) |  | 629 |
| **Insumos adquiridos de terceiros** | | |  |  |  |  |  |
|  | Outras | | (1.324) |  | 493 |  | (831) |

1. Principais práticas contábeis adotadas

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

1. Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério “*pro rata*” dia para as de natureza financeira.

1. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Instituição considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo.

Abrangem o saldo de disponibilidades e títulos e valores mobiliários com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data de contratação e que estão sujeitas a um risco insignificante de alteração no valor, e são geralmente utilizados na gestão de direitos e obrigações de curto prazo.

1. Títulos e valores mobiliários

Em cumprimento ao estabelecido no art. 1º da Resolução nº 3.834/10 do CMN, a FOMENTO PARANÁ aplica suas disponibilidades de caixa em cotas de fundos de investimento, formados exclusivamente por títulos públicos federais. Para tanto, constituiu fundos de renda fixa destinados a investidores restritos - FOMENTO PARANÁ, Fundo de Aval Rural (FAR), Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), Fundo de Equalização do Microcrédito (FEM) e “Ativos do Estado”. Os respectivos fundos estão sob gestão do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, todos sob a forma de condomínio aberto, conforme demonstrado na nota explicativa 5.

Os fundos de investimento são mensurados pelo valor da cota na data do balanço. Esta informação está disponível em publicações da CVM e corresponde ao valor de liquidação naquela data.

Às agências de fomento não se aplicam os critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários dispostos na Circular nº 3.068/01 do BACEN, os quais também foram instituídos pela Lei nº 11.638/07.

1. Operações de crédito

As operações de crédito encontram-se atualizadas em conformidade com as correspondentes disposições contratuais, registradas a valor presente, incorporando os rendimentos auferidos até a data do balanço, quando pós-fixadas, e líquido das rendas a apropriar, em razão da fluência dos prazos das operações, quando prefixadas. A atualização (“rendimentos”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar.

Todas as operações de crédito estão classificadas observando os parâmetros estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 2.682/99 e 2.697/00, a qual requer a análise periódica da carteira e de sua classificação em níveis de riscos, variando de “AA” (risco mínimo) a “H” (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas e aquelas que já haviam sido baixadas contra provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H”.

1. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, em montante julgado suficiente à cobertura de eventuais perdas na realização dos mesmos, seguindo as determinações legais estabelecidas pelas Resoluções CMN nº 2.682/99 e 2.697/00 e Cartas-Circulares BACEN nº 2.899/00 e 2.903/00. Para as operações com saldo inferior a R$ 50 a provisão é constituída tendo por base o nível de atraso dos contratos.

A FOMENTO PARANÁ adota a contagem em dobro dos prazos para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, conforme trata o parágrafo 1º do inciso II do art. 4º da Resolução nº 2.682/99.

1. Transações com ativos financeiros - operações com transferência substancial dos riscos e benefícios

As operações de venda ou transferência de ativos financeiros com transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da transação são registradas e demonstradas conforme determina a Resolução CMN nº 3.533/08:

1. Pela instituição vendedora ou cedente:
2. O ativo financeiro objeto de venda ou de transferência deve ser baixado do título contábil utilizado para registro da operação original;
3. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação deve ser apropriado ao resultado do período de forma segregada;
4. Pela instituição compradora ou cessionária, o ativo financeiro adquirido deve ser registrado pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original, mantidos controles analíticos extracontábeis sobre o valor original contratado da operação.
5. Despesas antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em períodos futuros. Consequentemente, são registradas no ativo e reconhecidas no resultado, observando o regime de competência.

1. Imobilizado de Uso

Representa os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, observando as taxas anuais mencionadas na nota explicativa 8.

A vida útil dos ativos é revisada e ajustada se apropriado ao final de cada período.

Considerando a Resolução nº 4.535/16, emitida pelo Banco Central do Brasil - BACEN, que trata dos critérios de reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado de uso, a Instituição passou a adotar em 2017 taxas de depreciação diferenciadas conforme o prazo de vida útil dos ativos, mediante laudo de avaliação interno. As respectivas taxas estão descritas nas notas explicativas 8a e 8b.

1. Intangível

Representa os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, sendo composto, atualmente, por *Softwares* que estão registrados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, observando as taxas anuais mencionadas na nota explicativa 8.

A vida útil dos ativos é revisada e ajustada se apropriado ao final de cada período.

Da mesma forma que o imobilizado de uso, e de acordo com a Resolução BACEN nº 4.534/16, que dispõe sobre os critérios para o reconhecimento contábil e mensuração dos ativos intangíveis e diferidos, a partir de 2017, foi adotada taxa diferenciada de amortização conforme o prazo de vida útil dos ativos. A respectiva taxa está demonstrada na nota explicativa 8c.

1. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo não financeiro é reconhecido no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anualmente, para verificar se há alguma indicação de perda do valor recuperável.

1. Provisões para contingências

Os passivos contingentes são reconhecidos, mensurados e divulgados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09. A provisão é feita com base na opinião do departamento jurídico da instituição, conforme divulgado na nota explicativa 11.

1. Atualização monetária de obrigações

As obrigações estão atualizadas até a data do balanço e seu reflexo reconhecido no resultado do semestre.

1. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A instituição está sujeita ao Regime de Tributação pelo Lucro Real e reconhece a provisão para imposto de renda e contribuição social, mensalmente pelo regime de competência. A provisão para Imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240/ano. A alíquota da contribuição social sobre o lucro para instituições financeiras foi elevada de 15% para 20% a partir de 01 de setembro de 2015 até dezembro de 2018, conforme Lei nº 13.169/2015, resultado da conversão em lei da Medida Provisória nº 675/2015.

Conforme faculta a legislação tributária, a FOMENTO PARANÁ opta pelo pagamento do imposto de renda e da contribuição social com base na estimativa da receita e recolhe mensalmente esses valores a título de antecipação do efetivamente devido no ajuste anual. As antecipações pagas por estimativa são registradas em conta redutora da provisão para impostos e contribuições sobre lucros, conforme previsto no art. 5º da Circular BACEN nº 2.353/93.

Os impostos passíveis de compensação estão demonstrados no ativo circulante de acordo com a previsão de sua realização.

1. Juros sobre o capital próprio

Conforme requerido pela legislação fiscal, os juros sobre o capital próprio estão contabilizados como despesas, no entanto, para fins de divulgação, são revertidos na rubrica “Lucros acumulados”, não afetando o lucro líquido do semestre, a não ser pelos impactos fiscais reconhecidos na rubrica de imposto de renda e contribuição social.

1. Caixa e equivalentes de caixa

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **Jun/2018** |  | **Jun/2017** |
| Disponibilidades |  | 13 |  | 5 |
| Cotas de fundos de investimentos |  | 827.643 |  | 622.943 |
|  |  |  |  |  |
| **Total de caixa e equivalentes de caixa** |  | **827.656** |  | **622.948** |

1. Títulos e valores mobiliários
2. **Composição da carteira de títulos e valores mobiliários por tipo**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Discriminação** |  | **Jun/2018** |  | **Jun/2017** |
|  |  |  |  |  |
| **I - Livres** |  |  |  |  |
| Títulos públicos federais - LFT |  | 7.572 |  | 7.055 |
| Fundos de investimento de renda fixa (1) |  | 827.643 |  | 622.943 |
| Fundo garantidor de investimentos - FGI (2) |  | 145 |  | 128 |
| Cotas de fundos de investimentos em participações - FIP (3) |  | 1.348 |  | 570 |
| (-) Provisão para desvalorização |  | (202) |  | (186) |
|  |  |  |  |  |
| **Total** |  | **836.506** |  | **630.510** |
|  |  |  |  |  |
| *Circulante* |  | *827.643* |  | *622.943* |
| *Longo prazo* |  | *8.863* |  | *7.567* |

1. Os fundos de investimento de renda fixa recepcionam, além dos recursos da FOMENTO PARANÁ, recursos dos fundos estaduais e da carteira de “Ativos do Estado” sob sua gestão, sendo compostos integralmente por títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos, indexados a taxas prefixadas e pós-fixadas, sem obrigações financeiras significativas, limitando-se às obrigações diárias de ajuste das posições, serviços de auditoria, taxas de serviços relativas à custódia dos ativos e execução de operações financeiras e demais despesas administrativas cobradas pelas administradoras. As cotas dos fundos não possuem prazo de carência, podendo ser resgatadas, total ou parcialmente, a qualquer tempo.

O montante correspondente à FOMENTO PARANÁ aplicado nos fundos, em 30 de junho de 2018, é de R$ 827.643, que equivale as seguintes participações no patrimônio dos fundos:

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Administradores** | |  | **Patrimônio líquido do fundo** | | **Recursos da FOMENTO PARANÁ** | | **% Participação** |
| **Caixa Econômica Federal** | |  | 377.029 |  | 369.945 |  | 98,121% |
| **Banco do Brasil** | |  | 517.856 |  | 457.698 |  | 88,383% |
|  |  |  | **894.885** |  | **827.643** |  |  |

A composição dos fundos, na data, é a seguinte:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Administradores** | |  | **Faixas de vencimento** |  | **Valor** |
| **Caixa Econômica Federal** | |  |  |  |  |
|  | Operação compromissada - NTN |  | 07/18 |  | 147.956 |
|  | LFT |  | 09/18 a 09/23 |  | 229.085 |
|  | Ajustes |  | - |  | (12) |
| **Subtotal** | |  |  |  | **377.029** |
| **Banco do Brasil** | |  |  |  |  |
|  | Caixa |  | - |  | 40 |
|  | Operação compromissada - LFT |  | 07/18 |  | 90.606 |
|  | LFT |  | 09/20 a 03/24 |  | 386.377 |
|  | LTN |  | 01/19 a 01/20 |  | 40.833 |
| **Subtotal** | |  |  |  | **517.856** |
|  |  |  |  |  |  |
| **Total da carteira de fundos** | |  |  |  | **894.885** |

1. A FOMENTO PARANÁ opera também com a garantia do FGI - Fundo Garantidor para Investimentos, administrado pelo BNDES. Para tanto, conforme previsto na normas do respectivo fundo, adquiriu cotas na proporção de 0,5% dos valores que pretende alavancar como garantias nas operações com seus mutuários. O valor inicial investido soma R$ 100 e até 30/06/18 sofreu valorização líquida de R$ 43.
2. As aplicações em cotas de fundos de investimentos em participações são administradas por instituições financeiras privadas, sendo que as cotas dos fundos são mensurados pelos valores divulgados pelos respectivos administradores na data do balanço. Em 30 de junho de 2018, as cotas estavam assim constituídas:

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Fundo** |  | **Capital subscrito** |  | **Capital integralizado** |  | **Valor atualizado/contábil** |
|  |  |  |  |  |  |  |
| Fundo Criatec III |  | 1.500 |  | 238 |  | 140 |
| Fundo Sul Inovação |  | 3.000 |  | 1.110 |  | 1.009 |
| **Total** |  | **4.500** |  | **1.348** |  | **1.149** |

1. Operações de crédito
2. Classificação das operações de crédito

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Descrição** |  | **Jun/2018** |  | **Jun/2017** |
| Empréstimos |  | 125.495 |  | 64.858 |
| Financiamentos |  | 264.416 |  | 312.826 |
| Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento |  | 743.496 |  | 825.709 |
| **Carteira bruta (1)** |  | **1.133.407** |  | **1.203.393** |
|  |  |  |  |  |
| (-) Deságio na aquisição de carteira (2) |  | (609) |  | (1.114) |
| **Carteira líquida de ajuste** |  | **1.132.798** |  | **1.202.279** |
|  |  |  |  |  |
| (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa |  | (28.513) |  | (24.086) |
| **Carteira líquida de provisão** |  | **1.104.285** |  | **1.178.193** |
| *Circulante* |  | *318.075* |  | *315.315* |
| *Longo prazo* |  | *786.210* |  | *862.878* |

1. No montante da carteira de crédito está incorporado o deságio na aquisição de operações de crédito, registrado na conta “Deságio em operações de transferência de ativos”, conforme descrito na nota explicativa 7a.
2. No 1º semestre de 2018, a Instituição baixou do ativo o montante de R$ 252 a título de reconhecimento do deságio na aquisição da carteira, os quais foram apropriados na rubrica receitas de operações de crédito.
3. Composição por setor de atividade econômica

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **Jun/2018** |  | **Jun/2017** |
| **Setor privado** |  | **289.519** |  | **275.595** |
| Indústria |  | 100.020 |  | 95.523 |
| Comércio |  | 79.495 |  | 68.959 |
| Serviços |  | 109.719 |  | 110.033 |
| Pessoas físicas |  | 285 |  | 1.080 |
|  |  |  |  |  |
| **Setor público** |  | **843.279** |  | **926.684** |
| Administração direta municipal |  | 843.279 |  | 926.684 |
|  |  |  |  |  |
| **Carteira líquida de ajuste** |  | **1.132.798** |  | **1.202.279** |

1. Concentração dos principais devedores de operações de crédito

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Descrição** |  | **Jun/2018** |  | **% da carteira** |  | **Jun/2017** |  | **% da carteira** |
| Principal devedor |  | 44.964 |  | 3,97% |  | 50.933 |  | 4,24% |
| 10 Maiores devedores |  | 204.014 |  | 18,01% |  | 232.401 |  | 19,33% |
| 50 Maiores devedores |  | 294.756 |  | 26,02% |  | 328.125 |  | 27,29% |
| Demais devedores |  | 589.064 |  | 52,00% |  | 590.820 |  | 49,14% |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Carteira líquida de ajuste** |  | **1.132.798** |  | **100,00%** |  | **1.202.279** |  | **100,00%** |

1. Composição da carteira por níveis de risco e faixas de vencimento

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Níveis de risco** | **AA** | **A** | **B** | **C** | **D** | **E** | **F** | **G** | **H** | **Carteira líquida de ajuste** |
| **Operações em curso normal** |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Parcelas vincendas** | **165.989** | **732.546** | **116.922** | **60.338** | **5.744** | **3.905** | **266** | **605** | **2.719** | **1.089.034** |
| 1 a 30 dias | 4.956 | 23.879 | 3.407 | 1.072 | 157 | 91 | 16 | 48 | 93 | 33.719 |
| 31 a 60 dias | 3.670 | 18.601 | 3.107 | 1.048 | 159 | 90 | 14 | 48 | 91 | 26.828 |
| 61 a 90 dias | 3.607 | 18.499 | 3.121 | 1.065 | 158 | 90 | 14 | 48 | 88 | 26.690 |
| 91 a 180 dias | 10.160 | 51.653 | 8.922 | 3.604 | 466 | 261 | 38 | 142 | 259 | 75.505 |
| 181 a 360 dias | 20.361 | 98.891 | 17.161 | 7.048 | 867 | 474 | 67 | 152 | 485 | 145.506 |
| Acima de 360 dias | 123.235 | 521.023 | 81.204 | 46.501 | 3.937 | 2.899 | 117 | 167 | 1.703 | 780.786 |
| **Parcelas vencidas até 14 dias** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **3** | **3** |
| **Subtotal** | **165.989** | **732.546** | **116.922** | **60.338** | **5.744** | **3.905** | **266** | **605** | **2.722** | **1.089.037** |
| **Operações em curso anormal** |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Parcelas vincendas** | **-** | **597** | **9.371** | **4.827** | **5.808** | **2.783** | **3.605** | **3.146** | **7.304** | **37.441** |
| 1 a 30 dias | - | 14 | 391 | 231 | 235 | 139 | 117 | 119 | 367 | 1.613 |
| 31 a 60 dias | - | 14 | 386 | 224 | 234 | 134 | 115 | 117 | 352 | 1.576 |
| 61 a 90 dias | - | 14 | 374 | 219 | 229 | 129 | 112 | 116 | 342 | 1.535 |
| 91 a 180 dias | - | 42 | 1.089 | 629 | 672 | 358 | 325 | 335 | 975 | 4.425 |
| 181 a 360 dias | - | 86 | 1.955 | 1.155 | 1.272 | 643 | 617 | 604 | 1.739 | 8.071 |
| Acima de 360 dias | - | 427 | 5.176 | 2.369 | 3.166 | 1.380 | 2.319 | 1.855 | 3.529 | 20.221 |
| **Parcelas vencidas** | **-** | **21** | **574** | **541** | **544** | **485** | **630** | **602** | **2.923** | **6.320** |
| 1 a 14 dias | - | - | - | - | - | - | 11 | - | 6 | 17 |
| 15 a 30 dias | - | 21 | 572 | 306 | 267 | 150 | 125 | 81 | 360 | 1.882 |
| 31 a 60 dias | - | - | 2 | 224 | 143 | 106 | 113 | 67 | 319 | 974 |
| 61 a 90 dias | - | - | - | 7 | 127 | 122 | 125 | 61 | 293 | 735 |
| 91 a 180 dias | - | - | - | 4 | 7 | 107 | 184 | 248 | 881 | 1.431 |
| 181 a 360 dias | - | - | - | - | - | - | 72 | 145 | 1.035 | 1.252 |
| Acima de 360 dias | - | - | - | - | - | - | - | - | 29 | 29 |
| **Subtotal** | **-** | **618** | **9.945** | **5.368** | **6.352** | **3.268** | **4.235** | **3.748** | **10.227** | **43.761** |
| **Total geral em 30/06/2018** | **165.989** | **733.164** | **126.867** | **65.706** | **12.096** | **7.173** | **4.501** | **4.353** | **12.949** | **1.132.798** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Total geral em 30/06/2017** | **192.517** | **816.089** | **105.418** | **51.117** | **11.456** | **10.761** | **2.519** | **2.059** | **10.343** | **1.202.279** |

1. Composição por nível de risco e provisão constituída

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  |  | **Jun/2018** | | |  | **Jun/2017** |
| **Classificação de risco** | | **Carteira líquida de ajuste** | | **% particip.** |  | **Provisão resolução BACEN** | | |  | **Provisão resolução BACEN** |
|  |  |  |  |  |  | **%** |  | **Valor** |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| AA |  | 165.989 |  | 14,66 |  | - |  | - |  | - |
| A |  | 733.164 |  | 64,72 |  | 0,5 |  | 3.666 |  | 4.080 |
| B |  | 126.867 |  | 11,20 |  | 1,0 |  | 1.268 |  | 1.054 |
| C |  | 65.706 |  | 5,80 |  | 3,0 |  | 1.971 |  | 1.534 |
| D |  | 12.096 |  | 1,07 |  | 10,0 |  | 1.209 |  | 1.146 |
| E |  | 7.173 |  | 0,63 |  | 30,0 |  | 2.152 |  | 3.228 |
| F |  | 4.501 |  | 0,40 |  | 50,0 |  | 2.251 |  | 1.260 |
| G |  | 4.353 |  | 0,38 |  | 70,0 |  | 3.047 |  | 1.441 |
| H |  | 12.949 |  | 1,14 |  | 100,0 |  | 12.949 |  | 10.343 |
| **Total** |  | **1.132.798** |  | **100** |  |  |  | **28.513** |  | **24.086** |

1. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **Jun/2018** |  | **Jun/2017** |
| **Saldo no início do semestre** |  | **29.818** |  | **21.266** |
| Provisão constituída |  | 14.256 |  | 9.519 |
| Reversão de provisão |  | (3.650) |  | (3.560) |
| **Efeito no resultado** |  | **10.606** |  | **5.959** |
| Créditos baixados para prejuízo (1) |  | (11.911) |  | (3.139) |
| **Saldo no fim do semestre** |  | **28.513** |  | **24.086** |

1. No 1º semestre de 2018, houve baixa para prejuízo de operações de crédito de um mesmo cliente, no montante de R$ 6.285, o que elevou significativamente o valor apurado no respectivo período.
2. Receitas de operações de crédito por setor

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **Jun/2018** |  | **Jun/2017** |
| **Financiamentos e Empréstimos** |  |  |  |  |
| Setor público |  | 41.084 |  | 52.767 |
| Setor privado |  | 21.799 |  | 18.358 |
| **Total** |  | **62.883** |  | **71.125** |

1. Garantias

Como instrumento de mitigação do risco de crédito dos financiamentos concedidos, a FOMENTO PARANÁ aceita de forma isolada ou cumulativamente garantias reais e fidejussórias. Nas operações de créditos com o setor privado são aceitas garantias reais de hipoteca de imóveis, alienação fiduciária de bens móveis e imóveis, penhor de direitos e títulos de crédito, fiança bancária, fundos garantidores de crédito (FAMPE e FGI) e garantias emitidas por outras instituições, como sociedades de garantia de crédito. Nas operações de crédito concedidas às prefeituras são aceitas quotas parte do ICMS e/ou FPM.

1. Créditos renegociados e recuperados

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Discriminação** |  | **Jun/2018** |  | **Jun/2017** |
| Renegociação |  | 3.233 |  | 5.137 |
| Recuperação de créditos baixados para prejuízo |  | 2.358 |  | 1.504 |

O saldo acumulado das operações de crédito baixadas para prejuízo e controladas em contas de compensação é de R$ 50.526 em jun/2018 (R$ 36.959 em jun/2017).

1. Cessão de créditos

Em dezembro de 2014 a FOMENTO PARANÁ adquiriu os direitos creditórios sobre 12 operações de crédito da carteira do Fundo do Desenvolvimento Econômico (FDE) no montante de R$ 33.008, pelo valor de R$ 24.295. A diferença entre o valor nominal e o valor pago foi contabilizado como deságio no grupo “Outros Créditos”. A receita com essas operações de crédito está sendo reconhecida no resultado pelas respectivas taxas efetivas. Em 30 de junho de 2018, restam 2 operações registradas na carteira ativa, cujo saldo devedor líquido do deságio é de R$ 707.

Conforme determina a Resolução BACEN nº 3.533/08, o ativo financeiro adquirido foi registrado pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original, mantidos controles analíticos extracontábeis sobre o valor original contratado da operação.

1. Outros créditos
2. Deságio em operações de transferência de ativos

Nesta conta está registrado o saldo a realizar do deságio incorrido na aquisição dos direitos creditórios sobre operações de crédito da carteira do FDE. O deságio está sendo reconhecido no resultado conforme o prazo de cada operação. Em 30 de junho de 2018, o saldo do deságio é de R$ 609 (R$ 1.114 em jun/2017).

1. Diversos

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **Jun/2018** |  | **Jun/2017** |
|  |  |  |  |
| Adiantamentos concedidos | 1.163 |  | 614 |
| Devedores por depósitos em garantia (1) | 15.038 |  | 13.740 |
| Impostos e contribuições a compensar (2) | 6.709 |  | 5.745 |
| Devedores diversos país | 357 |  | 195 |
| **Total** | **23.267** |  | **20.294** |
|  |  |  |  |
| *Circulante* | *8.011* |  | *6.568* |
| *Longo prazo* | *15.256* |  | *13.726* |

1. Nesta conta estão registrados os depósitos judiciais das ações em curso, sendo que R$ 15.034 (R$ 13.725 em jun/2017) referem-se ao depósito na ação descrita na Nota 11, item “e”.

No primeiro semestre de 2018, foi efetuada a atualização monetária do respectivo depósito no valor de R$ 189 (R$ 494 até jun/2017), registrada na rubrica “Outras receitas operacionais”, conforme Nota 17. Considerando que o valor depositado é retido do fornecedor, a atualização teve contrapartida na rubrica “Credores diversos no país”, conforme Nota 10 e registro de despesas de atualização monetária, na rubrica “Outras despesas operacionais”, conforme Nota 18. Desta forma não gerou impactos no resultado da Instituição no semestre.

1. Nesta conta estão registrados os saldos a compensar de IRPJ e CSLL relativos à apuração do Lucro Real, sendo que do montante total, R$ 4.601 referem-se a ajuste anual do exercício de 2017, e R$ 2.108 referem-se ao valor apurado no primeiro semestre de 2018, os quais serão compensados em períodos posteriores.
2. Ativo permanente
3. **Imobilizado de uso**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  | **Jun/2018** |  |  |  | **Jun/2017** |
|  | **( \* )** |  | **Custo** |  | **Depreciação**  **acumulada** | | **Valor**  **líquido** |  | **Valor**  **líquido** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Instalações, móveis e equipamentos | 6,67% a 50% |  | 1.420 |  | (887) |  | 533 |  | 538 |
| Sistema de comunicação | 10% a 33,33% |  | 238 |  | (105) |  | 133 |  | 171 |
| Processamento de dados | 10% a 50% |  | 1.090 |  | (979) |  | 111 |  | 232 |
| Sistema de transporte | 20% |  | 29 |  | (29) |  | - |  | - |
| Benfeitorias de bens de terceiros | 10% a 50% |  | 540 |  | (440) |  | 100 |  | 152 |
| **Total** |  |  | **3.317** |  | **(2.440)** |  | **877** |  | **1.093** |

(\*) Taxas anuais de depreciação, conforme a vida útil dos ativos.

1. **Movimentação do imobilizado de uso**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  | **Instalações, móveis e equipamentos** | | **Processamento de dados** | | **Outros (1)** |  | **Total** |
| **Saldo em 01 de janeiro de 2018** |  |  | **551** |  | **163** |  | **270** |  | **984** |
| Adições |  |  | 12 |  | 2 |  | - |  | 14 |
| Depreciações |  |  | (30) |  | (54) |  | (37) |  | (121) |
| **Saldo em 30 de junho de 2018** |  |  | **533** |  | **111** |  | **233** |  | **877** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Saldo em 01 de janeiro de 2017** |  |  | **491** |  | **298** |  | **364** |  | **1.153** |
| Adições |  |  | 105 |  | - |  | - |  | 105 |
| Depreciações |  |  | (58) |  | (66) |  | (41) |  | (165) |
| **Saldo em 30 de junho de 2017** |  |  | **538** |  | **232** |  | **323** |  | **1.093** |

1. Contempla: sistema de comunicação, sistema de transporte e benfeitorias em bens de terceiros.
2. **Intangível**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  | **Jun/2018** |  |  |  | **Jun/2017** |
|  | **( \* )** |  | **Custo** |  | **Amortização**  **acumulada** | | **Valor**  **líquido** |  | **Valor**  **líquido** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Licença de uso de software | 20% |  | 305 |  | (292) |  | 13 |  | 20 |
| **Total** |  |  | **305** |  | **(292)** |  | **13** |  | **20** |

(\*) Taxa anual de amortização, conforme a vida útil dos ativos.

1. Obrigações por repasses do país - instituições oficiais

Essas obrigações correspondem aos saldos de recursos originários de instituições oficiais de repasse do país, os quais são repassados para financiamentos a empreendimentos no Estado do Paraná, na área privada e pública. Essas obrigações estão atualizadas até a data do balanço pelas disposições contratuais definidas nas políticas operacionais de cada órgão ou fundo repassador de recursos.

Os saldos dessas obrigações estão evidenciados a seguir:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Instituições oficiais do país** |  | **Jun/2018** |  | **Jun/2017** |
| BNDES |  | 200.866 |  | 133.226 |
| FINAME |  | 15.333 |  | 17.923 |
| CEF |  | 10.216 |  | 8.264 |
| FINEP |  | 29.144 |  | 30.702 |
| **Total** |  | **255.559** |  | **190.115** |
|  |  |  |  |  |
| *Circulante* |  | *55.921* |  | *43.461* |
| *Longo prazo* |  | *199.638* |  | *146.654* |

Os recursos repassados das instituições oficiais são oriundos das seguintes linhas de crédito:

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Linha de Crédito** |  | **Taxa de atualização** | | |  |  | |  | **Vencimento Final** | | **Jun/2018** |  | **Jun/2017** |
|  |  |  |  |  |  |  | |  |  |  |  |  |  |
| BNDES PMAT |  | TJLP + 0,9% a.a. | | | | | |  | 15/10/23 |  | 1.246 |  | - |
| BNDES automático (1) |  | TJLP + 1,1% a2,8% a.a. ou Selic Acum. + 0,5% a 3,0% a.a. ou TLP + 4,09% a 4,87% a.a. | | | | |  | | 15/11/32 |  | 118.910 |  | 77.614 |
| BNDES microcrédito |  | TJLP + 0,9% a 1,8% a.a. | | | | | |  | 15/03/24 |  | 71.571 |  | 44.071 |
| BNDES programa PSI |  | 0,5% a 14,87% a.a. | | | | | |  | 15/10/24 |  | 9.139 |  | 11.541 |
| FINAME PSI |  | 0% a 8,0% a.a. | | | | | |  | 15/01/24 |  | 10.566 |  | 12.895 |
| FINAME Pos Fixado |  | TJLP + 1,6% a 2,1% a.a. ou Selic Acum. + 1,96% a.a. | | | | | |  | 15/09/23 |  | 4.767 |  | 5.028 |
| CAIXA FGTS Pró Transporte (2) |  | 6,4% a.a. a 6,6% a.a. | | | | | |  | 15/12/38 |  | 10.216 |  | 8.264 |
| FINEP - Inovacred (3) |  | TJLP + 2% a.a. | | | | | |  | 15/03/25 |  | 29.144 |  | 30.702 |
| **Total** |  |  |  |  |  |  | |  |  |  | **255.559** |  | **190.115** |

1. As taxas de juros de 4,09% a 4,87% a.a, dos contratos em TLP, já compreendem a parte fixa do respectivo indexador.
2. Repasse de recursos obtidos pela FOMENTO PARANÁ junto a Caixa Econômica Federal/FGTS destinados a operações com municípios, para financiar projetos de mobilidade urbana, incluídas no PAC 2.
3. Os respectivos encargos aplicados a FINEP, para o Programa Inovacred, serão deduzidos de 2% a 5% ao ano, a título de equalização, respeitadas as disponibilidades orçamentárias e financeiras do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e as decisões da Câmara Técnica de Políticas de Incentivo à Inovação.
4. Outras obrigações

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **Jun/2018** | | **Jun/2017** |
|  |  |  |  |  |
| **Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados** | | **26** |  | **43** |
| IOF a recolher |  | 26 |  | 43 |
|  |  |  |  |  |
| **Sociais e estatutárias** |  | **40.602** |  | **49.520** |
| Juros sobre o capital próprio (Nota 12c) |  | 40.602 |  | 49.520 |
|  |  |  |  |  |
| **Fiscais e previdenciárias** |  | **1.504** |  | **1.655** |
| Impostos e contribuições a recolher |  | 1.504 |  | 1.655 |
|  |  |  |  |  |
| **Diversas** |  | **25.363** |  | **33.673** |
| Provisão para pagamento de despesas |  | 4.120 |  | 3.706 |
| Provisão para contingências trabalhistas, cíveis e outras (Notas 11 a, b e c) | | 3.578 |  | 6.406 |
| Provisão para contingências fiscais (Nota 11g) | | 239 |  | 7.515 |
| Credores diversos no país (1) |  | 17.426 |  | 16.046 |
|  |  |  |  |  |
| **Total** |  | **67.495** |  | **84.891** |
|  |  |  |  |  |
| *Circulante* |  | *47.840* |  | *56.579* |
| *Longo prazo* |  | *19.655* |  | *28.312* |

1. Conforme mencionado na nota 11, item e, a FOMENTO PARANÁ, vem depositando judicialmente, na ação Declaratória de Imunidade Tributária, o ISS retido sobre as faturas de prestação de serviço emitidas pelo Serviço Social Autônomo Paranacidade, valor este registrado na rubrica “Devedores por depósitos em garantia” conforme nota 7b. O valor do ISS retido do prestador de serviço encontra-se registrado na rubrica “Credores diversos no país” e soma R$ 15.445 (R$ 14.100 em jun/2017). Assim como destacado na nota 7b, foi realizado atualização do respectivo depósito com contrapartida em “Credores diversos no país”.
2. Provisões para contingências

A FOMENTO PARANÁ é parte em ações judiciais e processos administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis, fiscais e outras. Os processos passam por avaliação e acompanhamento do departamento jurídico, que considera a perda e o risco envolvido. Fundamentados nesta avaliação, constituiu-se provisão em montante julgado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

Conforme determinado no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as ações com os riscos avaliados em provável foram provisionadas e aquelas classificadas como possíveis estão evidenciadas no item i.

1. Ações trabalhistas

As provisões para ações trabalhistas, avaliadas como prováveis, são oriundas de processo movido por ex-funcionário concursado, cujo pedido principal refere-se a reintegração ao serviço, ao não pagamento da participação nos lucros e resultados e horas extras, bem como colaborador cedido à FOMENTO PARANÁ pelo BADEP, no qual pleiteia o reconhecimento de unicidade contratual, o pagamento em dobro pela não concessão de intervalo intrajornada de 15 (quinze) minutos e danos morais.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Ações trabalhistas** |  | **Jun/2018** |  | **Jun/2017** |
|  |  |  |  |  |
| Terceirizado |  | - |  | 13 |
| Ex-funcionário concursado/adido |  | 106 |  | 111 |
| Ex-diretores |  | - |  | 94 |
| Sindicato dos Bancários - Curitiba |  | - |  | 68 |
|  |  |  |  |  |
| **Total (1)** |  | **106** |  | **286** |

1. Em agosto de 2017, foram revertidos R$ 222 referentes a provisões para contingências trabalhistas não classificadas como risco de perda provável.
2. Ações cíveis

As provisões para ações cíveis, classificadas como prováveis, são originárias de cinco processos, sendo eles:

* Ação de cobrança movida pela Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento - ABDE que versa sobre notas fiscais pendentes de pagamento referentes aos exercícios de 2002 a 2003, a qual foi devidamente contestada pela FOMENTO PARANÁ contendo alegação que o serviço não foi prestado em sua integralidade, bem como ocorreu um desvirtuamento do convênio nº 01/2000, firmado entre as partes. Houve prolação de sentença em 16/11/09. Foi interposto o pertinente Recurso de Apelação contra a decisão tendo o Tribunal de Justiça do Paraná dado provimento ao recurso, com a anulação da sentença prolatada e determinando o retorno dos autos à primeira instância para a produção das provas requeridas. Com o retorno dos autos, foi deferida a produção de prova pericial e realização de audiência de instrução e julgamento, aguardando-se sua efetiva realização.
* Quatro processos visando à reparação de supostos danos morais e/ou materiais, por alegado registro indevido em órgãos de serviço de informações ao crédito, por alegações de descumprimento contratual, e outros.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Ações Cíveis** |  | **Jun/2018** |  | **Jun/2017** |
|  |  |  |  |  |
| Ação de cobrança - ABDE |  | 2.709 |  | 2.500 |
| Cobrança de honorários advocatícios (1) |  | - |  | 3.490 |
| Danos morais, materiais e outros |  | 120 |  | 130 |
|  |  |  |  |  |
| **Total (1)** |  | **2.829** |  | **6.120** |

1. Em agosto de 2017, foram revertidos R$ 3.519 referentes a provisões para contingências cíveis não classificadas como risco de perda provável.
2. Outras contingências

Provisão avaliada como provável, no montante de R$ 643, referente a um processo administrativo proposto pelo Tribunal de Contas do Estado Paraná - TCE PR, em razão da publicidade institucional realizada com valores do Fundo Estadual de Saúde do Paraná, em que pleiteia a responsabilidade da FOMENTO PARANÁ quanto ao ressarcimento da importância, por se tratar de verba destinada para fins de saúde pública.

1. Movimentação das provisões para contingências trabalhistas, cíveis e outras

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  | **Jun/2018** | | | | | | |  | **Jun/2017** |
|  |  |  |  | **Trabalhistas** |  | **Cíveis** |  | **Outras** |  | **Total** |  | **Total** |
| **No início do semestre** | | |  | **55** |  | **2.669** |  | **7** |  | **2.731** |  | **6.241** |
| Movimentação com efeito no resultado | | |  | 51 |  | 160 |  | 636 |  | 847 |  | 170 |
|  | Atualização/estorno | |  | 4 |  | 147 |  | 636 |  | 787 |  | 202 |
|  | Constituição | |  | 47 |  | 13 |  | - |  | 60 |  | 56 |
|  | Baixa por reversão | |  | - |  | - |  | - |  | - |  | (88) |
| Baixa por pagamento | | |  | - |  | - |  | - |  | - |  | (5) |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **No final do semestre** | | |  | **106** |  | **2.829** |  | **643** |  | **3.578** |  | **6.406** |

1. Fisco Municipal - Autuação ISS

Em 2006 e 2010, a FOMENTO PARANÁ foi autuada pelo Município de Curitiba, pela ausência de retenção na fonte do ISS incidente sobre recibos de prestação de serviço dos exercícios de 2002 a 2008, decorrentes do Ato Conjunto firmado entre a FOMENTO PARANÁ/SEFA e Paranacidade/SEDU para operacionalização dos financiamentos concedidos ao Setor Público Municipal. Sobre esta autuação há depósito em juízo decorrente da Ação Declaratória de Imunidade Tributária, aforada pela Procuradoria Geral do Estado em favor do Serviço Social Autônomo Paranacidade (autos nº 321/2007 - 2ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba), ação esta em que a FOMENTO PARANÁ atua na qualidade de assistente. Afora isso o processo encontra-se aguardando julgamento, sem data prevista. Eventual procedência da demanda implicará no cancelamento dos autos de infração da prefeitura que versem sobre ISS.

O valor depositado em juízo encontra-se registrado na rubrica “Devedores por depósitos em garantia”, conforme demonstrado na nota 7b e sobre este montante não é constituída provisão, tendo em vista que o valor depositado foi retido do Paranacidade. Considerando que a prestação de serviço é contínua e que a ação ainda está em andamento, desde 2007 a FOMENTO PARANÁ vem retendo mensalmente 5% de ISS sobre as faturas de prestação de serviço do fornecedor e depositando judicialmente.

Com base no artigo 3º da Lei Complementar nº 151, de 05 de agosto de 2015, 70% (setenta por cento) do valor do depósito judicial acima mencionado, foi transferido para a conta única do Tesouro do Estado e 30% ao fundo de reserva, sob gestão da Caixa Econômica Federal, desta forma, mensalmente, apenas o saldo de 30% está sendo atualizado monetariamente.

1. Fisco Federal - Auto de infração PIS e COFINS

Em data de 22/05/13 a FOMENTO PARANÁ recebeu termo de início de ação fiscal, autuada sob nº MPF 09.0.01.00-2013-00033-9, solicitando esclarecimentos sobre a utilização do regime cumulativo para apuração e cálculo das referidas contribuições utilizado por esta instituição, no período de julho de 2008 a dezembro de 2011. No entendimento da SRF o regime utilizado deveria ser o não-cumulativo, tendo em vista que as agências de fomento não se enquadram no rol de instituições financeiras do art. 3º, parágrafos 6º e 7º da Lei nº 9.718/98. Foram apresentados esclarecimentos, não tendo a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil 9ª Região Fiscal acatado, lavrando autos de infração, em data de 30/07/2013, no valor nominal de R$ 41.830, contrariando o direito previsto pelo art. 1º do decreto nº 5.442/05 a que a instituição faz jus.

Apresentada defesa na esfera administrativa, a FOMENTO PARANÁ obteve em sessão em 8 de outubro de 2013 êxito parcial, com a redução do auto de infração para o valor nominal provisionado de R$ 4.734.

Intimada em 14/02/14 do acórdão da Delegacia da Receita Federal de Julgamento, a FOMENTO PARANÁ interpôs recurso voluntário contra o acórdão, por meio do escritório Sacha Calmon, Misabel Derzi Consultores e Advogados, na parte em que foi mantida a exigência parcial dos débitos. Em seguida, o processo foi remetido ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), para apreciação dos recursos voluntário e de ofício.

No dia 31/01/18, o CARF negou provimento ao recurso de ofício da Fazenda e, embora tenha declarado que a FOMENTO PARANÁ está submetida ao regime não cumulativo de PIS/COFINS, deu parcial provimento ao recurso voluntário por ela interposto para reconhecer (i) o direito ao crédito do PIS e da COFINS sobre despesas de intermediação financeira e de captação; e (ii) a sujeição das receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras e operações de crédito à alíquota zero de PIS/COFINS. Tal decisão transitou em julgado em maio de 2018, culminando na baixa integral da provisão por êxito, no valor de R$ 5.913, conforme demonstrado na Nota 17.

1. Provisão tributária

A provisão tributária corresponde aos impostos federais e municipais: PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e ISS, no montante de R$ 239, constituída sobre os valores repassados à FOMENTO PARANÁ pelo acionista majoritário “Estado do Paraná” nos exercícios de 2007 a 2011, a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC, decorrentes da gestão do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) e da gestão da carteira de crédito dos “Ativos do Estado”, oriundos do processo de privatização do Banco do Estado do Paraná - BANESTADO. O registro da forma adotada pela FOMENTO PARANÁ tem fundamento nos seguintes instrumentos jurídicos: contrato de gestão de bens, direitos e obrigações dos “Ativos do Estado”, celebrado entre o acionista Estado do Paraná e a FOMENTO PARANÁ e o Decreto Estadual nº 692/07, que regulamenta o repasse de recursos pela gestão do FDE como AFAC. Corroborada pelo Parecer Jurídico tributário TSC - 1470/2013, emitido por consultoria tributária externa, a Administração constituiu a respectiva provisão, por entender se tratar de perda provável.

1. Movimentação das provisões para contingências fiscais

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  | **Jun/2018** | | | | |  | **Jun/2017** |
|  |  |  |  | **Fisco federal** |  | **Provisão tributária** | | **Total** |  | **Total** |
| **No início do semestre** | | |  | **5.913** |  | **231** |  | **6.144** |  | **7.378** |
| Movimentação com efeito no resultado | | |  | (5.913) |  | 8 |  | (5.905) |  | 137 |
|  | Atualização/estorno | |  | - |  | 8 |  | 8 |  | 233 |
|  | Baixa por reversão (1) | |  | (5.913) |  | - |  | (5.913) |  | (96) |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **No final do semestre** | | |  | **-** |  | **239** |  | **239** |  | **7.515** |

1. No primeiro semestre de 2018, foram revertidos R$ 5.913 referente à provisão para a contingência fiscal descrita na nota explicativa 11f.
2. Contingências classificadas como risco de perda possível

Processos de natureza trabalhista ou cível classificados, com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados em nota explicativa, conforme abaixo:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Tipos de Ações** |  | **Jun/2018(1)** |
|  |  |  |
| Trabalhistas |  | 217 |
| Cíveis |  | 23 |
|  |  | **240** |

1. Até julho de 2017, a Instituição constituía provisão para contingências classificadas como risco de perda possível e remota, processo este alterado a partir de agosto 2017.
2. Patrimônio líquido
3. Capital social

O capital social autorizado é de R$ 2.000.000 dividido em 2.000.000 (dois milhões) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em junho de 2018, o capital social subscrito e integralizado é de R$ 1.423.245 (R$ 1.344.836 em jun/2017), representado por 1.423.245 (1.344.836 em jun/2017) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

1. Aumento de capital

Conforme Ata da 76ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 30 de maio de 2018, deliberou-se aumentar o capital social da instituição no montante de R$ 78.409, sendo que o respectivo aumento foi realizado pelos Acionistas Estado do Paraná e Companhia de Informática do Paraná - CELEPAR, conforme demonstrado a seguir:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Estado do Paraná** | | **Celepar** |  | **Total** |
|  |  |  |  |  |  |
| Juros sobre o capital próprio - 1º semestre 2017 | 39.196 |  | 8 |  | 39.204 |
| Juros sobre o capital próprio - 2º semestre 2017 | 39.199 |  | 7 |  | 39.206 |
|  |  |  |  |  |  |
| **Subtotal** | **78.395** |  | **15** |  | **78.410** |
|  |  |  |  |  |  |
| (-) Saldo remanescente de ágio na subscrição de ações | (1) |  | **-** |  | (1) |
|  |  |  |  |  |  |
| **Valor total do aumento** | **78.394** |  | **15** |  | **78.409** |
|  |  |  |  |  |  |
| **Nº ações** | **78.394** |  | **15** |  | **78.409** |

O respectivo aumento de capital foi homologado pelo Bacen em 19 de junho de 2018, de acordo com o ofício nº 10.933/2018-BCB/Deorf/GTCUR.

1. Juros sobre o capital próprio e destinação do lucro líquido

Nos termos do Estatuto Social, aos acionistas é atribuído, em cada exercício, dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado, calculado conforme legislação societária.

Através da Ata da 149ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração (ROCA), realizada em 29 de junho de 2018, foi aprovado nos termos do Estatuto Social da FOMENTO PARANÁ, o crédito dos juros sobre o capital próprio do 1º semestre de 2018.

Os juros sobre o capital próprio do 1º semestre de 2018, foi registrado na proporçãode 95% do Lucro Líquido ajustado pela Reserva Legal e estão dentro do limite fiscal previsto na Lei nº 9.249/95, complementada por disposições legais posteriores, totalizando no período o montante bruto de R$ 40.603 (R$ 49.522 em jun/2017), que sofreu retenção na fonte de R$ 1, resultando no valor líquido de R$ 40.602 (R$ 49.520 em jun/2017).

Dessa forma, em junho de 2018, foram provisionados juros sobre o capital próprio, conforme demonstrado abaixo:

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Descrição** |  | **Estado do Paraná** |  | **Celepar** |  | **Total** |
| Juros sobre o capital próprio a destinar |  | 40.595 |  | 8 |  | 40.603 |

Os juros sobre o capital próprio são imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos no exercício, sendo considerado complementar o que exceder ao valor do mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social.

Em conformidade ao estabelecido no art. 86 do Estatuto Social da FOMENTO PARANÁ, o resultado apurado no semestre foi destinado da seguinte forma:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  | **Jun/2018** |  | **Jun/2017** |
|  |  |  |  |  |  |
| **Lucro líquido do semestre** | |  | **44.988** |  | **62.499** |
|  | Reserva legal (5% do lucro líquido) |  | 2.249 |  | 3.125 |
| **Lucro líquido ajustado** | |  | **42.739** |  | **59.374** |
|  | Juros sobre o capital próprio - limite estatutário |  | 7.105 |  | 11.226 |
|  | Juros sobre o capital próprio - adicional ao mínimo obrigatório | | 33.498 |  | 38.296 |
|  | Constituição de reserva estatutária |  | 2.136 |  | 9.852 |

1. Receitas de prestação de serviços

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **Jun/2018** |  | **Jun/2017** |
| Gestão de fundos estaduais (1) | 1.269 |  | 594 |
| Operações de crédito - PJ e PF | 813 |  | 890 |
| Gestão de fundo garantidor PPP's (2) | 71 |  | 217 |
|  |  |  |  |
| **Total** | **2.153** |  | **1.701** |

1. Em contrapartida à prestação dos serviços de administração dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) e dos “Ativos do Estado” sob gestão da FOMENTO PARANÁ, esta é remunerada conforme a Lei Estadual nº 17.732/13 e o contrato de gestão de bens, direitos e obrigações dos “Ativos do Estado”, celebrado entre o acionista Estado do Paraná e a FOMENTO PARANÁ, e a Lei Estadual nº 5.515/67, que regulamenta o repasse de recursos pela gestão do FDE, conforme evidenciado na nota 21 item “a”.
2. Conforme Lei Estadual nº 18.376/14, a FOMENTO PARANÁ é responsável pela gestão do Fundo Garantidor de Parceria Público Privada - FGP/PR, e para tanto, é remunerada à taxa de gestão de 0,15% ao ano incidente sobre o patrimônio líquido ajustado do FGP/PR.
3. Despesas de pessoal

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **Jun/2018** |  | **Jun/2017** |
| Proventos | (7.688) |  | (7.881) |
| Encargos sociais | (2.895) |  | (2.755) |
| Demais benefícios | (1.689) |  | (1.541) |
| Honorários de diretores e conselheiros | (1.496) |  | (1.532) |
| Remuneração estagiários | (356) |  | (289) |
|  |  |  |  |
| **Total** | **(14.124)** |  | **(13.998)** |

1. Outras despesas administrativas

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **Jun/2018** |  | **Jun/2017** |
| Serviços de terceiros (1) | (7.420) |  | (8.528) |
| Processamento de dados | (1.275) |  | (1.275) |
| Publicações, propaganda e publicidade (2) | (406) |  | (990) |
| Aluguéis | (280) |  | (210) |
| Serviços do sistema financeiro | (245) |  | (224) |
| Viagens | (177) |  | (169) |
| Promoções e relações públicas | (146) |  | (231) |
| Depreciações e amortizações | (125) |  | (173) |
| Comunicações | (89) |  | (77) |
| Manutenção e conservação de bens | (86) |  | (73) |
| Seguros | (51) |  | (5) |
| Transporte | (30) |  | (30) |
| Contribuições filantrópicas | (25) |  | (105) |
| Materiais de expediente | (16) |  | (29) |
| Outras despesas administrativas | (556) |  | (456) |
|  |  |  |  |
| **Total** | **(10.927)** |  | **(12.575)** |

1. Do total registrado nesta conta, R$ 5.655 (R$ 7.702 em jun/2017) referem-se a despesas com o Paranacidade decorrentes do Ato Conjunto voltado à execução das ações necessárias à viabilização dos planos, programas, projetos e atividades da administração pública paranaense, a serem financiados pela FOMENTO PARANÁ, no âmbito do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná (SFM), remunerado à taxa de 8%, calculado sobre cada liberação de recurso do contrato relativo à operação de crédito.
2. Nesta rubrica são registradas as despesas de publicidade legal, materiais informativos, campanha publicitária, mídia e ações de marketing, visando à divulgação da marca e dos produtos da FOMENTO PARANÁ.
3. Despesas tributárias

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **Jun/2018** |  | **Jun/2017** |
| COFINS | (3.178) |  | (3.929) |
| PIS | (516) |  | (638) |
| ISS | (108) |  | (85) |
| Outros | (78) |  | (22) |
|  |  |  |  |
| **Total** | **(3.880)** |  | **(4.674)** |

1. Outras receitas operacionais

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **Jun/2018** |  | **Jun/2017** |
| Reversão de provisões (1) | 6.056 |  | 698 |
| Recuperação de encargos e despesas | 713 |  | 284 |
| Outras (2) | 258 |  | 774 |
|  |  |  |  |
| **Total** | **7.027** |  | **1.756** |

1. Do total registrado nesta conta, R$ 5.913 referem-se à reversão de provisão para a contingência fiscal descrita na Nota 11f.
2. Do total registrado nesta conta, R$ 189 referem-se à atualização monetária do depósito judicial realizada no primeiro semestre de 2018 (R$ 494 no 1º semestre de 2017), conforme explicado na Nota 7b.
3. Outras despesas operacionais

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **Jun/2018** |  | **Jun/2017** |
| Provisões para contingências cíveis | (160) |  | (195) |
| Provisões para contingências trabalhistas | (51) |  | (63) |
| Provisões para contingências fiscais | (8) |  | (233) |
| Outras (1) | (1.112) |  | (737) |
|  |  |  |  |
| **Total** | **(1.331)** |  | **(1.228)** |

1. Do total registrado nesta conta, R$ 636 referem-se à provisão para contingência por multa administrativa do TCE, conforme nota 12 item “c”, e R$ 189 à atualização monetária do depósito judicial realizada no primeiro semestre de 2018 (R$ 494 no 1º semestre de 2017), conforme explicado na Nota 7b.
2. Imposto de renda e contribuição social

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Jun/2018** | | |  | **Jun/2017** | | |
|  | **IRPJ** |  | **CSLL** |  | **IRPJ** |  | **CSLL** |
| **Resultado antes da tributação sobre o lucro** | **47.192** |  | **47.192** |  | **62.499** |  | **62.499** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| Juros sobre o capital próprio | (40.603) |  | (40.603) |  | (49.522) |  | (49.522) |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos** | **(1.533)** |  | **(1.660)** |  | **(17.179)** |  | **(17.276)** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Adições (exclusões) temporárias** | **(2.021)** |  | **(2.021)** |  | **(17.767)** |  | **(17.864)** |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 6.036 |  | 6.036 |  | (15.702) |  | (15.702) |
| Provisões para contingências | 210 |  | 210 |  | 166 |  | 166 |
| Provisões para riscos fiscais | (5.905) |  | (5.905) |  | 137 |  | 137 |
| Outras adições (exclusões) temporárias | (2.362) |  | (2.362) |  | (2.368) |  | (2.465) |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Adições (exclusões) permanentes** | **488** |  | **361** |  | **588** |  | **588** |
| Doações e patrocínios | 25 |  | 25 |  | 105 |  | 105 |
| Outras adições (exclusões) permanentes | 463 |  | 336 |  | 483 |  | 483 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Base de cálculo do IRPJ e CSLL do semestre (1)** | **5.056** |  | **4.929** |  | **(4.202)** |  | **(4.299)** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| Incentivos fiscais | (35) |  | - |  | - |  | - |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Imposto de renda e contribuição social** | **1.217** |  | **986** |  | **-** |  | **-** |

1. No 1º semestre de 2017, a Instituição apurou prejuízo fiscal, impactado pelo reconhecimento de perda fiscal de crédito, no montante de R$ 21.133, conforme critérios da Lei 9.430/96, a qual somada ao registro de JCP, pelo limite fiscal dedutível, no valor de R$ 49.522, contribuiu significativamente para a apuração de base de cálculo de impostos negativa. Já no 1º semestre de 2018, apurou-se lucro fiscal, e com isso o valor de IR e CS no período foi de R$ 2.203.

A FOMENTO PARANÁ efetuou um estudo orçamentário com as projeções de lucro para os próximos 5 anos, com o intuito de verificar a necessidade de se contabilizar os créditos tributários sobre diferenças temporárias. Dessa forma, uma vez que não há expectativa de geração de lucro fiscal, e sendo esse um dos requisitos para constituição dos referidos créditos, conforme determina a Resolução BACEN nº 3.059/02, não foi efetuado o registro contábil do ativo fiscal diferido, no montante de R$ 17.475 em junho de 2018.

1. Instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos (operações de créditos e títulos de valores mobiliários) e passivos (operações de repasses no país) se aproximam de seus correspondentes valores de realização.

Não é prática da FOMENTO PARANÁ operar com derivativos financeiros, porém os fundos de investimento em que a instituição aplica seus recursos financeiros podem, estrategicamente, efetuar operações com derivativos para fins de proteção quanto aos riscos identificados. No semestre não houve a utilização de instrumentos derivativos.

1. Transação com partes relacionadas

Na divulgação sobre partes relacionadas é observada a Resolução CMN/BACEN nº 3.750/09, que determina a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação sobre partes relacionadas pelas instituições financeiras.

De acordo com o pronunciamento, são partes relacionadas da FOMENTO PARANÁ, o Estado do Paraná, o Banco de Desenvolvimento do Paraná - BADEP (em liquidação), o Serviço Social Autônomo Paranacidade, a Companhia de Informática do Paraná - CELEPAR e o Pessoal-Chave da Administração.

1. Estado do Paraná

Acionista majoritário detentor de 99,98% das ações da FOMENTO PARANÁ, com as seguintes transações:

* Atividades de gestão mediante cobrança da carteira de crédito do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), sendo remuneradas por um percentual de 4% fixado na Lei Estadual nº 5.515/67, o qual incide sobre o total de recebimentos do período e são reconhecidos na como receita de prestação de serviços de gestão.
* Atividades de gestão de bens, direitos e obrigações dos “Ativos do Estado” oriundos do processo de privatização do Banco do Estado do Paraná - BANESTADO, sendo remunerada por um percentual de 10% fixado na Lei Estadual nº 17.732/13 e em contrato firmado com o Estado do Paraná, o qual incide sobre o total de recebimentos da carteira de crédito dos ativos do período. O valor repassado à FOMENTO PARANÁ é reconhecido como receita de prestação de serviços de gestão.
* Atividades de gestão do Fundo Garantidor de Parceria Público Privada - FGP/PR, conforme Lei Estadual nº 18.376/14, e para tanto, a FOMENTO PARANÁ é remunerada à taxa de gestão de 0,15% ao ano incidente sobre o patrimônio líquido do FGP/PR. O valor repassado à FOMENTO PARANÁ é reconhecido como receita de prestação de serviços de gestão.
* Em 2016, a sede utilizada pela FOMENTO PARANÁ, foi transferida pelo BADEP ao Estado do Paraná, que cedeu salas no prédio de sua propriedade, sendo ressarcidos os gastos com condomínio.

1. Banco de Desenvolvimento do Paraná - BADEP (em liquidação)

Instituição financeira pública estadual, sob controle financeiro do Governo do Estado do Paraná, que concedeu através de contrato de comodato, espaço em imóveis para depósito localizados em Colombo e Pinhais. Houve, ainda, até novembro de 2017, uma parceria com o referido Banco, que cedeu empregados de seu quadro próprio com ônus à FOMENTO PARANÁ.

1. Serviço Social Autônomo Paranacidade

Pessoa jurídica de direito privado, controlada pelo Governo do Estado do Paraná, sem fins lucrativos, de interesse público, criado pela Lei Estadual nº 11.498/96 (revogada pela Lei Estadual nº 15.211/06). A FOMENTO PARANÁ, em cumprimento à Lei Estadual nº 13.227/01, mantém firmado com o Paranacidade Ato Conjunto, que estabelece a forma de remuneração, conforme evidenciado na Nota Explicativa 15.

O Paranacidade cede funcionários do seu quadro próprio, sendo esta cessão com ônus para a FOMENTO PARANÁ.

1. Companhia de Informática do Paraná - CELEPAR

Acionista minoritário da FOMENTO PARANÁ, é uma sociedade de economia mista, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, cujo acionista majoritário é o Estado do Paraná. A transação entre as duas empresas decorre da prestação de serviços de informática e tecnologia da informação, através de contrato de prestação de serviços.

1. Pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pela direção e controle das atividades da FOMENTO PARANÁ, representado pela Diretoria e Conselho de Administração.

As transações com essas partes relacionadas são demonstradas a seguir:

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **Jun/2018** | | | | | | |
| **Descrição** |  | **Ativo** |  | **Passivo** |  | **Despesas** |  | **Receitas** |
| Juros sobre o capital próprio - Estado do Paraná |  | - |  | 40.595 |  | 40.595 |  | - |
| Juros sobre o capital próprio - CELEPAR |  | - |  | 7 |  | 8 |  | - |
| Remuneração do pessoal-chave da Administração |  | - |  | - |  | 1.687 |  | - |
| Gestão de fundos e carteira de Ativos |  | 1.954 |  | - |  | - |  | 1.340 |
| Funcionários adidos do Estado do Paraná e Paranacidade |  | - |  | 37 |  | 178 |  | - |
| Tecnologia da informação - CELEPAR |  | - |  | 199 |  | 971 |  | - |
| Condomínio - Estado do Paraná |  | - |  | 187 |  | 190 |  | - |
| Comissão - Paranacidade |  | - |  | 522 |  | 5.655 |  | - |
| Ação judicial - ISS Paranacidade |  | 15.034 |  | 15.445 |  | 189 |  | 189 |
|  |  | **16.988** |  | **56.992** |  | **49.473** |  | **1.529** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  | **Jun/2017** | | | | | | |
| **Descrição** |  | **Ativo** |  | **Passivo** |  | **Despesas** |  | **Receitas** |
| Juros sobre o capital próprio - Estado do Paraná |  | - |  | 49.512 |  | 49.512 |  | - |
| Juros sobre o capital próprio - CELEPAR |  | - |  | 8 |  | 10 |  | - |
| Remuneração do pessoal-chave da Administração |  | - |  | 160 |  | 1.838 |  | 23 |
| Gestão de fundos e carteira de Ativos |  | 678 |  | - |  | - |  | 811 |
| Funcionários adidos - BADEP , Estado do Paraná e Paranacidade |  | - |  | 36 |  | 857 |  | - |
| Tecnologia da informação - CELEPAR |  | - |  | 203 |  | 994 |  | - |
| Condomínio - Estado do Paraná |  | - |  | 129 |  | 198 |  | - |
| Comissão - Paranacidade |  | - |  | 346 |  | 7.702 |  | - |
| Ação judicial - ISS Paranacidade |  | 13.725 |  | 14.100 |  | 494 |  | 494 |
|  |  | **14.403** |  | **64.494** |  | **61.605** |  | **1.328** |

1. Adequação de capital

A FOMENTO PARANÁ atua conforme as regras de requerimento de capital preconizadas no Acordo de Basileia III, do qual o Brasil é signatário e que resultam em um conjunto de resoluções e circulares divulgadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e Banco Central do Brasil - BACEN, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e dos requerimentos mínimos de patrimônio e adicional de capital principal compatível com os riscos, representado pelo Ativo Ponderado pelo Risco (RWA).

Abaixo segue quadro demonstrativo dos limites, conforme regulamentação em vigor:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **Jun/2018** |  | **Jun/2017** |
| **Patrimônio de referência** |  |  |  |  |
| **Nível I** |  | **1.643.294** |  | **1.555.885** |
| Capital principal |  | 1.643.294 |  | 1.555.885 |
| Destaque para operações com o setor público |  | (1.286.812) |  | (1.333.612) |
| **PR para comparação com o RWA** |  | **356.482** |  | **222.273** |
| Exigibilidades para Cobertura dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) |  |  |  |  |
| Risco de crédito - RWAcpad |  | 355.440 |  | 286.608 |
| Risco operacional - RWAopad |  | 334.478 |  | 288.100 |
| **Ativos ponderados pelo risco - RWA** |  | **689.918** |  | **574.708** |
| **Patrimônio de referência mínimo requerido** |  | **59.505** |  | **53.161** |
| **Margem em relação ao patrimônio mínimo requerido** |  | **296.977** |  | **169.112** |
| Risco de taxa de juros da carteira não negociável - Rban |  | **13** |  | **25** |
| **Índice PR/ ativos ponderados pelo risco - %** |  | **51,67%** |  | **38,68%** |

1. Gerenciamento de riscos

A FOMENTO PARANÁ adota modelo de gestão integrada de todos os riscos a que está exposta, sendo os mais relevantes os riscos de crédito, operacional, de mercado e de liquidez.

1. Risco de crédito

O Risco de crédito é representado pela possibilidade de ocorrência de perdas em função de um tomador de recursos deixar de cumprir suas obrigações financeiras nos termos pactuados.

A FOMENTO PARANÁ avalia e monitora mensalmente o risco global e a classificação de risco da carteira de operações de crédito através de avaliação da perda (esperada e efetiva), simulação de condições extremas, índices de inadimplência por exposição e concentração de carteira.

As parcelas referentes às exposições a risco de crédito, ponderadas pelos fatores de risco, estão refletidas no valor do RWAcpad, calculado conforme regulamentação do Banco Central.

1. Risco operacional

É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais ou indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades da instituição.

Os processos de identificação, avaliação, monitoramento e mitigação dos riscos operacionais são contínuos e estão de acordo com os dispositivos legais.

Considerando suas características, a FOMENTO PARANÁ utiliza a abordagem do indicador básico, cujo valor é calculado semestralmente seguindo premissas estabelecidas pelo Banco Central, para o cálculo da parcela de risco operacional (RWAopad).

1. Risco de mercado

É a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercados das posições detidas pela instituição.

Na FOMENTO PARANÁ a alocação de capital para cobertura desse risco não se faz necessária, uma vez que as operações da instituição não estão classificadas na carteira de negociação e não estão sujeitas às exposições ao risco em: ouro, moedas estrangeiras, variações cambiais, preço de mercadorias (commodities) e volatilidade do mercado de ações.

De acordo com as especificidades da instituição, é adotado o modelo paramétrico para o cálculo do valor em risco das operações não classificadas na carteira de negociação - RBAN, com horizonte de 10 dias e nível de confiança de 99% em todas as operações sensíveis às variações nas taxas de juros. São feitas simulações de cenários extremos e ocorrências de oscilações adversas para verificar o grau de impacto na instituição em situações de crise. A metodologia de simulação adotada é o V@R (value at risk), cujo valor calculado na data-base de jun/2018 é de R$ 13.

1. Risco de liquidez

É a probabilidade de a Instituição não ser capaz de honrar seus compromissos financeiros, correntes e futuros, é a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - descasamentos entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

1. Risco de liquidez de fluxo de caixa: é a probabilidade de descasamentos entre os pagamentos e os recebimentos que afetem a capacidade de pagamento da instituição;
2. Risco de liquidez de mercado: refere-se à probabilidade de perdas de valor dos ativos que garantam a sua liquidez.

A FOMENTO PARANÁ deverá constituir e manter, permanentemente, fundo de liquidez equivalente, no mínimo, a 10% (dez por cento) do valor de suas obrigações, a ser integralmente aplicado em títulos públicos federais.

1. Gerenciamento de capital

A Resolução CMN nº 4.557/17, determina a obrigatoriedade de implementação de estrutura de gerenciamento de capital, cuja Política e o respectivo Plano de Gerenciamento de Capital são aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

O Plano de Capital, parte integrante da Política, está alinhado com o planejamento estratégico da instituição e indica medidas de contingência em caso de estresse de capital.

1. Responsabilidade socioambiental

Atendendo à Resolução CMN nº 4.327/14, a FOMENTO PARANÁ instituiu e normatizou através da norma corporativa PRESI NC.05, sua Política de Responsabilidade Socioambiental - PRSA, na qual formalizou os princípios e diretrizes fundamentais para a implementação, incorporação e desenvolvimento de práticas sustentáveis para a atuação nos seus negócios e na sua relação com clientes, colaboradores e demais pessoas impactadas por suas atividades. De acordo com essa PRSA, a atuação da FOMENTO PARANÁ será norteada pelo conceito de desenvolvimento que inclua as dimensões econômica, social e ambiental, bem como pelo respeito aos direitos humanos e fundamentais da pessoa humana.

A descrição completa da estrutura de gerenciamento de risco encontra-se disponível no site da Fomento Paraná (www.fomento.pr.gov.br).

\* \* \*

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Vilson Ribeiro de Andrade** |  | **Claudio Massaru Shigueoka** |
| Diretor-Presidente |  | Diretor Administrativo e Financeiro, e  de Mercado, em exercício |
|  |  |  |
|  |  |  |
| **Samuel Ieger Suss** |  | **Omar Sabbag Filho** |
| Diretor Jurídico |  | Diretor de Operações do Setor Público e  do Setor Privado, em exercício |
|  |  |  |
|  |  |  |
| **Luciane de Oliveira Tessaro** | | |
| Contadora - CRC PR-044315/O-8 | | |